RAFAEL CALHEIROS BERTÃO

Limites às convenções processuais

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Walter Piva Rodrigues

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2018

RAFAEL CALHEIROS BERTÃO

Limites às convenções processuais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob orientação do Prof. Dr. Walter Piva Rodrigues.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO-SP

2018

A Geraldo e Roseane, com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Ao término de mais uma longa etapa da minha carreira acadêmica, é fundamental tecer alguns agradecimentos àqueles que, sem dúvida, participaram, positivamente, dessa fase. Agradeço a:

Geraldo e Roseane, pelo irrestrito e incondicional apoio, por tudo.

Amanda e Tatiana, pelo amor incondicional, pela lucidez e por simplificarem tudo.

Sofia, pelo diário e crucial suporte, pela paciência e pelo norte pessoal.

Prof. Dr. Walter Piva Rodrigues, pela orientação ímpar, por acreditar em mim e no meu projeto e pelo norte acadêmico.

Cláudio, pelo inesquecível e surpreendente apoio e pelo norte advocatício, assim como a todos os membros da Guimarães Pedreira de Freitas, pela facilitação do infacilitável.

Bruno, pela parceria e pelo norte profissional.

Ana e Artur, por transformar São Paulo em minha casa.

Lucas, Ravi e Murilo, pessoalmente e em nome dos “Jovens Processualistas PE”, meus amigos processualistas, pelos engradeceadores debates e discussões esclarecedoras.

SIGLAS

CF/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CC/02 – Código Civil de 2002

CPC/73 – Código de Processo Civil de 1973

CPC/15 – Código de Processo Civil de 2015

ZPO – Zivilprozessordnung (Código de Processo Civil alemão)

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo

TJRS – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

FPPC – Fórum Permanente dos Processualistas Cíveis

RESUMO

BERTÃO, Rafael Calheiros. Limites às convenções processuais. 2018. 283 p. Mestrado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

O presente trabalho aborda os limites às convenções processuais, tema ainda pouco aprofundado em doutrina, seja nacional ou estrangeira, e fundamental à consolidação do instituto positivado no art. 190 do CPC/15. Para atingir seu escopo, o estudo divide-se em quatro capítulos: (1) Capítulo I – Tipologia das convenções processuais, no qual são estabelecidos o marco teórico adotado, algumas premissas conceituais à investigação e, por fim, é conceituado o objeto da pesquisa; (2) Capítulo II – Evolução doutrinária às convenções processuais, em que a tensão publicismo vs privatismo processual é estudada com profundidade, inclusive em direito comparado, com o objetivo de se estabelecerem os fundamentos doutrinários ao fortalecimento dos acordos processuais; (3) Capítulo III – Limites constitucionais às convenções processuais, no qual se estuda, inicialmente, a constitucionalização do direito processual, com o consequente avanço científico ao neoprocessualismo e ao modelo cooperativo de processo, a fim de se analisar, posteriormente, a convencionalidade processual à luz das normas fundamentais do processo; (4) Capítulo IV – Limites normativos às convenções processuais, em que, após o estabelecimento de algumas premissas à investigação e à análise do novo diploma processual, sistematizam-se os limites aos acordos processuais, de modo a apresentar elementos claros à definição precisa de uma convenção processual existente, válida e eficaz.

Palavras-chave: convenções processuais; existência, validade e eficácia; Constituição e processo; neoprocessualismo; modelo cooperativo de processo; Código de Processo Civil de 2015.

ABSTRACT

BERTÃO, Rafael Calheiros. The limits of private procedural conventions. 2018. 283 p. Master – Faculty of Law, University of São Paulo. São Paulo, 2018.

This paper approaches the limits of private procedural conventions, theme insufficiently researched, which is essential for the consolidation of the instrument inserted in the art. 190 of Brazilian procedural code. To reach it's scope, the study is divided into four chapters: (1) Chapter I – Typology of private procedural conventions, in which it's established the theoretical framework adopted, some conceptual premises for the investigation and, finally, the object of research is conceptualized; (2) Chapter II – Doctrinal evolution for private procedural conventions, where the tension between procedural public interest and private self-government is deeply studied, especially in comparative law, in order to define the doctrinal basis for strengthening of procedural agreements; (3) Chapter III – The constitutional limits of private procedural conventions, in which, firstly, the constitutionalisation of procedural law, leading to scientific development for a new procedural theory and for a cooperative procedural model, is studied, in order to analyze the procedural conventionality in the light of procedural fundamental norms; (4) Chapter IV – The normative limits of private procedural conventions, where, after the establishment of some premises to the investigation and analysis of the Brazilian new procedural code, the limits to procedural agreements are systematized, in order to present clear elements for the precise definition of a private procedural convention existent, valid and efficient.

Keywords: private procedural conventions; existence, validity and effectiveness; Constitution and procedure; the new procedural theory; cooperative procedural model. Brazilian new procedural code.

RIASSUNTO

BERTÃO, Rafael Calheiros. Limiti alle convenzione processuale. 2018. 283 p. Master - Facoltà di Giurisprudenza, Università di São Paulo. São Paulo, 2018.

Il presente studio esamina i limiti delle convenzioni processuali, tema poco approfondito dalla dottrina nazionale e straniera, ma fondamentale nel consolidamento dello strumento introdotto dall'art. 190 del Codice di Procedura Civile brasiliano. Per raggiungere il suo scopo, lo studio si divide in quattro capitoli: (1) Capitolo I – Tipologia delle convenzioni processuali, in cui si stabiliranno il quadro teorico, alcune premesse attinenti all'investigazione e, infine, si concettualizzerà l'oggetto della ricerca; (2) Capitolo II – Evoluzione dottrinale alle convenzioni processuali, ove si studierà con profondità la tensione pubblicismo vs privatismo processuale, compresa nel diritto comparato, con l'obiettivo di stabilire i fondamenti dottrinali per rafforzare gli accordi processuali; (3) Capitolo III – Limiti costituzionali alle convenzioni processuali, ove si studierà la costituzionalizzazione del diritto processuale, con il conseguente neoprocessualismo e modello cooperativo processuale, al fine di analizzarne la convenzionalità alla luce delle norme fondamentali della procedura; (4) Capitolo IV – Limiti normativi alle convenzioni processuali, in cui, dopo aver stabilito alcune premesse sull'investigazione e analisi del nuovo diploma processuale, si sistematizzeranno i limiti degli accordi processuali, in modo da presentare elementi chiari per la definizione precisa di una convenzione processuale esistente, valida ed efficace.

Parole chiave: convenzione processuale; esistenza, validità e efficacia; Costituzione e procedura; neoprocessualismo; modello cooperativo di procedura; Codice di Procedura Civile brasiliano.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	29
CAPÍTULO I – TIPOLOGIA DAS CONVENÇÕES PROCESSUAIS.....	37
1. APRESENTAÇÃO	37
2. O FENÔMENO JURÍDICO PROCESSUAL.....	37
2.1. A TEORIA GERAL DO DIREITO.....	37
2.2. CRITÉRIO DEFINIDOR DO FATO JURÍDICO PROCESSUAL.....	38
3. A TEORIA DO FATO JURÍDICO PROCESSUAL.....	40
3.1. MARCO TEÓRICO E CLASSIFICATÓRIO ADOTADO: OS ELEMENTOS DO SUPORTE FÁTICO.....	41
3.2. A TEORIA PONTIANA APLICADA AO DIREITO PROCESSUAL.....	43
3.2.1. Os fatos jurídicos processuais lícitos e ilícitos.....	43
3.2.2. Fatos jurídicos <i>stricto sensu</i> processuais.....	43
3.2.3. Atos-fatos jurídicos processuais.....	45
3.2.4. Atos jurídicos processuais <i>lato sensu</i>	47
3.2.4.1. <i>Atos jurídicos processuais “stricto sensu”</i>	48
3.2.4.2. <i>Negócios jurídicos processuais</i>	49
3.2.5. Ilícitos processuais.....	50
3.3. OS PLANOS DE ANÁLISE DOS FATOS JURÍDICOS.....	52
3.3.1. Plano da existência.....	53
3.3.2. Plano da validade.....	54
3.3.3. Plano da eficácia.....	55
4. AS CONVENÇÕES PROCESSUAIS.....	59
4.1. GENERALIDADES	59
4.2. DEFINIÇÃO.....	59
4.2.1. Dos negócios jurídicos processuais às convenções processuais.....	59
4.2.2. Precisão terminológica - ato negocial e sua relação com o instrumento.....	60
4.3. CONCEITO	64

4.3.1.	Proposta conceitual adotada.....	64
4.3.2.	Análise conceitual – consequências da adoção do conceito proposto.....	65
4.3.2.1.	<i>A “referibilidade” a uma relação jurídica processual.....</i>	65
4.3.2.2.	<i>As convenções processuais como atos determinantes.....</i>	67
4.3.2.3.	<i>Convenções processuais e atos conjuntos.....</i>	69
4.3.2.4.	<i>Autonomia entre a convenção processual e o instrumento.....</i>	71
4.4.	CLASSIFICAÇÕES	72
4.4.1.	Critério objetivo – convenções sobre situações jurídicas e sobre o procedimento..	73
4.4.2.	Critério subjetivo – bilateral e plurilateral.....	75
4.4.3.	Critério temporal – convenções prévias e incidentais.....	76
4.4.4.	Critério isonômico – convenções onerosas (comutativas e aleatórias) e gratuitas.....	78
4.4.5.	Critério normativo – convenções processuais típicas e atípicas.....	79
4.5.	NATUREZA JURÍDICA E REGIME JURÍDICO APLICÁVEL.....	80
	CAPÍTULO II – EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA ÀS CONVENÇÕES PROCESSUAIS.....	83
5.	APRESENTAÇÃO.....	83
6.	O MOVIMENTO PENDULAR – PUBLICISMO E PRIVATISMO.....	84
6.1.	O PROCESSUALISMO CIENTÍFICO E A INDISPONIBILIDADE DO DIREITO PROCESSUAL – O <i>HIPERPUBLICISMO</i>	84
6.2.	DO <i>HIPERPUBLICISMO</i> AO PRIVATISMO.....	90
6.2.1.	Aspectos históricos e sociais – a saturação do sistema publicista.....	90
6.2.2.	Evolução jurídico-doutrinária em direito comparado.....	94
6.2.2.1.	<i>Alemanha</i>	94
6.2.2.2.	<i>França.....</i>	97
6.2.2.3.	<i>Itália.....</i>	99
6.2.2.4.	<i>Portugal e Espanha.....</i>	101
6.2.2.5.	<i>Estados Unidos e Inglaterra.....</i>	104
6.2.3.	Evolução jurídico-doutrinário em direito brasileiro.....	107

7. O RISCO DO HIPERPRIVATISMO E A NECESSIDADE DE LIMITAÇÕES...	111
CAPÍTULO III – LIMITES CONSTITUCIONAIS ÀS CONVENÇÕES PROCESSUAIS	117
8. APRESENTAÇÃO	117
9. CONSTITUIÇÃO E PROCESSO	118
9.1. O NEOCONSTITUCIONALISMO E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO	118
9.2. O NEOPROCESSUALISMO OU FORMALISMO-VALORATIVO	122
9.2.1. As fases da ciência processual: sincretismo, processualismo, instrumentalismo e neoprocessualismo	123
9.2.2. O modelo cooperativo de processo	125
9.2.2.1. A superação dos modelos inquisitorial e adversarial de processo	125
9.2.2.2. As dimensões do dever de cooperação	128
9.2.3. O modelo cooperativo de processo e a convencionalidade processual	132
10. AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	134
10.1. DISTINÇÕES CONCEITUAIS E TERMINOLÓGICAS – NORMAS, TEXTOS, PRINCÍPIOS, REGRAS, GARANTIAS E DIREITOS	134
10.2. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS À CONVENCIONALIDADE	139
10.2.1. Princípios dispositivo	140
10.2.2. Princípio do autorregramento da vontade	141
10.2.3. Princípio do <i>in dubio pro libertate</i>	145
10.2.4. Princípio da adequação	147
10.3. (IR)RENUNCIALIDADE DAS NORMAS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS	148
10.3.1. Distinções conceituais e terminológicas – perda, suspensão, limitação ou restrição, não-exercício, desistência e renúncia	148
10.3.2. Disponibilidade dos direitos fundamentais processuais	152
10.3.2.1. Titularidade das garantias processuais	153
10.3.2.2. Inviolabilidade do núcleo da norma fundamental processual	154
10.3.2.3. Conflitos normativos – a máxima de ponderação	157
10.4. AS ESPÉCIES NORMATIVAS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS E AS CONVENÇÕES PROCESSUAIS	159

10.4.1. Devido processo legal.....	159
10.4.2. Coisa Julgada.....	164
10.4.3. Contraditório pleno e ampla defesa.....	167
10.4.4. Inafastabilidade do controle jurisdicional: o direito de ação.....	169
10.4.5. Juiz Natural.....	171
10.4.6. Fundamentação das decisões judiciais.....	173
10.4.7. Publicidade.....	175
10.4.8. Duração razoável do processo.....	176
10.4.9. Vedação à prova ilícita.....	178
10.4.10. Isonomia – a paridade de armas no processo.....	182
10.4.11. Eficiência e economia processual.....	185
10.4.12. Cooperação e boa-fé objetiva processuais.....	186
11. À GUIA DE CONCLUSÕES PARCIAIS.....	186
CAPÍTULO IV – LIMITES NORMATIVOS ÀS CONVENÇÕES	
PROCESSUAIS.....	189
12. APRESENTAÇÃO.....	189
13. PREMISSAS TEÓRICAS À CONVENCIONALIDADE.....	190
13.1. AUTONOMIA DAS PARTES E SUPERAÇÃO DOS DOGMAS PROCESSUAIS..	190
13.2. RELAÇÃO AUTÔNOMA ENTRE A CONVENÇÃO E O INSTRUMENTO.....	193
13.3. O DUPLO PAPEL DO ÓRGÃO JURISDICIONAL NA NEGOCIAÇÃO	
PROCESSUAL.....	195
13.3.1. O juiz como parte negocial.....	195
13.3.1.1. <i>A capacidade negocial do Estado-juiz.....</i>	<i>197</i>
13.3.1.2. <i>O duplo-papel do órgão jurisdicional no processo.....</i>	<i>201</i>
13.3.1.3. <i>A fonte legitimadora da participação do magistrado na negociação</i>	
<i>processual atípica.....</i>	<i>203</i>
13.3.2. O juiz como aplicador, incentivador e controlador do negócio processual.....	205
13.3.3. À guisa de conclusão parcial.....	206
13.4. REGIME JURÍDICO APLICADO ÀS CONVENÇÕES PROCESSUAIS.....	206
14. O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	209
14.1. A CLÁUSULA GERAL DE NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL.....	209

14.1.1.	As cláusulas gerais processuais.....	209
14.1.2.	O art. 190 do CPC/15 – fontes legitimadora e limitativa da convencionalidade processual – a vinculação do juiz à convenção.....	213
14.1.3.	O microssistema de negociação processual.....	216
14.1.4.	Vantagens e desvantagens de um sistema processual convencional.....	219
15.	LIMITES ÀS CONVENÇÕES PROCESSUAIS.....	225
15.1.	PLANO DA EXISTÊNCIA – PRESSUPOSTOS DE EXISTÊNCIA.....	225
15.1.1.	Fonte normativa juridificante das convenções processuais.....	225
15.1.2.	Sujeitos das convenções processuais e partes do processo.....	226
15.1.3.	Elementos do suporte fático – manifestação plurilateral de vontade.....	227
15.2.	PLANO DA VALIDADE – REQUISITOS DE VALIDADE.....	229
15.2.1.	Critérios objetivos.....	229
15.2.1.1.	<i>Direitos componíveis - a convencionalidade objetiva.....</i>	<i>229</i>
15.2.1.2.	<i>Licitude do objeto dos acordos processuais.....</i>	<i>232</i>
15.2.1.2.1.	<i>Calculabilidade – precisão e determinação.....</i>	<i>233</i>
15.2.1.2.2.	<i>As normas fundamentais do processo.....</i>	<i>234</i>
15.2.1.2.3.	<i>Reserva Legal.....</i>	<i>235</i>
15.2.2.	Critérios subjetivos – a convencionalidade subjetiva.....	235
15.2.2.1.	<i>Legitimidade “ad actum” e a esfera jurídica de terceiros.....</i>	<i>235</i>
15.2.2.2.	<i>Capacidade plena das partes e desnecessidade de advogado.....</i>	<i>237</i>
15.2.2.3.	<i>A vulnerabilidade.....</i>	<i>242</i>
15.2.2.4.	<i>Vícios de vontade e sociais.....</i>	<i>243</i>
15.2.3.	Critério formais.....	246
15.2.3.1.	<i>Tempo e lugar dos pactos processuais.....</i>	<i>246</i>
15.2.3.2.	<i>Forma prescrita ou não defesa em lei.....</i>	<i>246</i>
15.3.	PLANO DA EFICÁCIA – CONDIÇÕES DE EFICÁCIA.....	248
15.3.1.	Judicialização e comprovação como <i>conditio sine qua non</i>	248
15.3.2.	Normas fundamentais e convenção processual.....	249
15.3.3.	Homologação judicial.....	250
15.3.4.	Termos e condições negociadas.....	251
15.3.5.	Alcance subjetivo das convenções processuais.....	252

15.3.6. Descumprimento: inadimplemento, revogação, distrato e recusa judicial injustificada.....	254
15.3.7. Convenções processuais celebradas sob a égide do CPC/73.....	256
CONCLUSÕES.....	259
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	261

INTRODUÇÃO

Imagine um negócio jurídico processual,¹ celebrado por duas pessoas plenamente capazes e devidamente acompanhadas por excelentes advogados, no qual se nomeie um juiz estatal específico para solucionar litígios decorrentes de determinado contrato substancial. Suponha, em outro cenário, acordo que estabeleça a desnecessidade de comunicação às partes dos atos do processo ou a vedação à apresentação de defesa, para ambas, em eventual ação futura. Ou, ainda, uma convenção que estabeleça que eventual processo judicial seja processado através de vinte e cinco audiências, em dias consecutivos, cada qual com um objetivo específico.

Tais acordos seriam admitidos em nosso sistema?

O novo Código de Processo Civil brasileiro, positivado em 2015 e vigente desde março de 2016, trouxe inúmeras modificações ao sistema processual pátrio.² Nesse contexto, dentre as principais inovações apresentadas pelo diploma, destaca-se a cláusula geral de negociação processual, verdadeiro permissivo legal expresso à celebração de negócios jurídicos processuais atípicos.³

É importante esclarecer, contudo, que a verdadeira novidade encampada no novo CPC limita-se à previsão expressa da cláusula geral de negociação processual, de modo a evidenciar a possibilidade dos acordos atípicos.⁴ É que, desde o CPC/73 já havia a possibilidade de

¹ Em todo o trabalho, utiliza-se as terminologias “negócios”, “convenções”, “acordos”, “pactos” e “avenças”, bem como utilizadas, ou não, com adjetivações como “jurídicos” e “processuais”, ou, ainda, de maneira a adjetivar o vocábulo “ato”, sempre adotadas como sinônimas. É certo que as adjetivações “jurídico” e “processual” nem sempre aparecem, ou podem aparecer isoladas, posto implícitas ao instituto. É importante ressaltar, no entanto, que não se ignora as suas distinções conceituais. Sempre que a utilização das terminologias tiver por objetivo a sua precisa definição, ou com o objetivo claro de distinguir as figuras, será feita a ressalva. A questão será melhor detalhada no item 4.2.2.

² Destaque-se, para fins exemplificativos: a positivação de um capítulo específico sobre as normas fundamentais do processo civil (art. 1º ao 12), a adoção do modelo cooperativo de processo (art. 6º), a nova forma de contagem dos prazos processuais (art. 212), a adoção de um sistema de precedentes (art. 927 e ss.), o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (art. 976 e ss.), a extinção dos embargos infringentes (art. 994), dentre tantas outras.

³ A distinção conceitual pelo critério normativo será melhor abordada em item específico do trabalho (ver item 4.4.5), mas, por ora, entende-se por negócios jurídicos processuais atípicos aqueles que não estão expressamente previstos no ordenamento jurídico.

⁴ Em sentido contrário, defendendo a inserção, pelo CPC/15, do princípio do respeito ao autorregramento da vontade no sistema processual brasileiro: DIDIER JR., Fredie. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo civil. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). **Negócios processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 19-25. Há, ainda, quem vá além, ao defender que “o CPC/2015, de modo inovador e sem equivalente exato em direito comparado, rompe a dogmática até então reinol, e, mediante uma cláusula geral de negócio jurídico processual, passa a admitir que a vontade das partes (...) tenha

negócios processuais típicos,⁵ bem como a autorização implícita aos negócios jurídicos processuais atípicos,⁶ de modo que a admissibilidade das convenções processuais não é criação do legislador de 2015.⁷

Outrossim, o art. 190 do CPC/15 dispõe que “versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo”. Não pode mais restar dúvidas:⁸ às partes são permitidas a modificação do procedimento e a convenção sobre suas situações processuais.

impacto no procedimento e na relação jurídica processual estabelecida em lei”, de modo a significar, para tal doutrina, uma nova fase da processualística, o neoliberalismo processual (GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Comentários ao art. 190. *IN* _____; DELLORE, Luiz; ROQUE, Andre Vasconcelos; OLIVEIRA JR., Zulmar Duarte de. **Teoria geral do processo**: comentários ao CPC de 2015 – parte geral. São Paulo: Forense, 2015, p. 613-632, p. 614). No mesmo sentido: REDONDO, Bruno Garcia. Negócios processuais: necessidade de rompimento radical com o sistema do CPC/1973 para a adequada compreensão da inovação do CPC/2015. **Revista Dialética de Direito Processual**. n. 149. São Paulo: Dialética, ago. 2015, p. 09-16, p. 15. Não se concorda. É que o CPC/73, com os nortes da CF/88, já possuía dispositivos que sinalizavam ao respeito ao autorregramento da vontade, v.g., arts. 158 e 448 do CPC/73, bem como inúmeros negócios processuais típicos. Assim já entendia, bem antes do novo diploma processual: TUCCI, Rogério Lauria. Negócio jurídico processual. **Enciclopédia Saraiva de Direito**. v. 54. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 190-192.

⁵ A título de exemplo, sem a menor pretensão de esgotar as hipóteses típicas do diploma de 73: acordo de eleição de foro (art. 111 do CPC/73), suspensão condicional do processo (art. 265, II, do CPC/73) e convenção acerca da distribuição do ônus da prova (art. 333, parágrafo único, do CPC/73). Leonardo Carneiro da Cunha, em trabalho específico, apresenta rol exemplificativo mais extenso (CUNHA, Leonardo Carneiro da. Negócios jurídicos processuais no Processo Civil brasileiro. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 27-62, p. 42-43).

⁶ Entende-se que o art. 158 do CPC/73, reproduzido literalmente no art. 200 do CPC/15, ao versar que “os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção dos direitos processuais”, já era fundamento suficiente para a admissibilidade das convenções processuais atípicas (CUNHA, Leonardo Carneiro da. Negócios jurídicos processuais no Processo Civil brasileiro. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 27-62, p. 44).

⁷ Concorde-se com a percepção de YARSHELL, Flávio Luiz. Convenções das partes em matéria processual: rumo a uma nova era? *IN* CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). **Negócios processuais**. Juspodivm, 2015, p. 63-80, p. 63. No mesmo sentido, ATAÍDE JÚNIOR, Jaldemiro Rodrigues de. Negócios jurídicos materiais e processuais – existência, validade e eficácia – campo-invariável e campos-dependentes: sobre os limites dos negócios jurídicos processuais. **Revista de Processo**. ano. 40. n. 244. São Paulo: Revista dos Tribunais, jun. 2015, p. 393-423, p. 394-396, ao também desmistificar o peso da novidade do novo dispositivo, vai além, ao afirmar que “o que muda do CPC/73 para o CPC 2015 é apenas a área de abrangência das normas cogentes (proibitivas e impositivas) – que se afiguram como um limite geral de validade dos negócios jurídicos”. Não se concorda com tal exagerada redução: o texto explícito do art. 190, em comparação à imposição retórica de alcance a uma norma implícita no CPC/73, é louvável avanço, que merece destaque e impõe novas reflexões.

⁸ Destaca-se, por oportuno, posições doutrinárias nacionais que negam a existência dos negócios jurídicos processuais e que não mais se sustentam ante à nova legislação: DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. v. II. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 481 e ss., intitula o “ponto 637”, primeiro do “Capítulo XLVII – atos processuais civis”, como “conceito – não há negócios jurídicos processuais”. Para o Professor, por ser a relação jurídica processual regulada pelo direito público, os efeitos dos atos processuais

Mas, a despeito da admissibilidade da negociação processual em nosso sistema, quais os seus limites? Seria possível acordo processual que violasse direito fundamental processual?⁹ É admissível acordo que ofenda matéria de reserva legal? Quais os limites oriundos da própria natureza jurídica do ato negocial processual?

Esse é o objeto cuja pesquisa se propõe, em resumo: quais os limites às convenções processuais?

O parágrafo único do próprio art. 190 prevê que “de ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade”. É, por evidência, um texto normativo que apresenta, de forma expressa e direta, alguns limites às convenções atípicas.¹⁰

É preciso, contudo, além de uma análise exaustiva do dispositivo supramencionado, investigar o ordenamento jurídico brasileiro, em busca de outros limites, em função da natureza do ato negocial e em face do ordenamento jurídico, ou seja, pelas disposições legais e pelas regras constitucionais. De fato, diante da previsão de que a aplicação da convenção só deve ser recusada em casos de nulidade, é preciso uma interpretação sistemática da normativa, ou, caso contrário, irá se ignorar a ineficácia do ato e, pior, os casos de ausência de seus pressupostos nucleares.¹¹

decorrem de lei, de sorte que as partes não poderiam convencionar sobre o processo. Em artigo publicado posteriormente à promulgação do novo CPC (DINAMARCO, Cândido Rangel. O novo Código de Processo Civil brasileiro e a ordem processual civil vigente. **Revista de Processo**. ano. 40. n. 247. São Paulo: Revista dos Tribunais, set. 2015, p. 63-103, p. 74), no qual faz uma interessante abordagem acerca das inovações introduzidas pelo novo diploma processual, Dinamarco aponta como uma novidade a possibilidade de flexibilização do procedimento, citando os arts. 190 e 191, sem, contudo, fazer referência direta aos negócios jurídicos processuais ou à sua posição anterior. O Professor, no entanto, em nova edição de seu curso, recém-publicada, aborda, de maneira específica, os negócios processuais, rendendo-se à nova sistemática processual (DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. v. II. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2017, p. 550 e ss). MITIDIERO, Daniel Francisco. **Comentários ao Código de Processo Civil**. t. 2 (arts. 154 a 269). São Paulo: Memória Jurídica, 2005, p. 15-16, também nega a existência de negócios jurídicos processuais, por motivos semelhantes. Assim, também, CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de direito processual civil**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 274. O Professor, no entanto, em obra posterior à promulgação do novo CPC, passa a tratar dos negócios jurídicos processuais como uma espécie dos atos das partes, sem, contudo, fazer referência a sua posição anterior (CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 124 e ss.). No item 6.2.3, haverá uma abordagem acerca da evolução processual, no Brasil, às convenções processuais.

⁹ Citem-se, a título de exemplo, o juiz natural (art. 5º, XXXVII da CF/88) e imparcial (art. 95 da CF/88), a ampla defesa e o contraditório (art. 5º, LV, da CF/88), a motivação das decisões judiciais (art. 93, IX), a publicidade dos processos (art. 5º, LX, art. 93, IX, CF/88), a proibição de prova ilícita (art. 5º, LVI), dentre tantos outros.

¹⁰ A matéria será aprofundada no item 14.1.2.

¹¹ Ver item 14.1.2.

Ademais, é de se ressaltar que, para além dos requisitos do ato negocial, há previsões normativas, tanto legais, quanto constitucionais, que parecem incompatíveis com a flexibilização negociada do procedimento, ou com a modificação das situações jurídicas processuais. Destaque-se, por sua importância na construção da hipótese de pesquisa, a coisa julgada. É possível que as partes pactuem o reexame de questão já resolvida e protegida por coisa julgada material?¹²

É essa a investigação que se apresenta.

RELEVÂNCIA DO TEMA

O estudo dos limites aos negócios jurídicos processuais é tema atual e de enorme relevância. Com a consolidação do autorregramento da vontade, e a autorização expressa da nova legislação às convenções processuais atípicas, encontra-se a processualística nacional em momento de sensível incerteza dogmática.¹³

É fundamental, assim, que se delimitem as balizas aos acordos processuais, de modo a evitar a aplicação eufórica e exagerada do novo instituto. É grande o desafio, talvez, na atualidade, o maior atinente ao estudo dos negócios processuais,¹⁴ carente de estudos de fôlego¹⁵

¹² Fredie Didier Jr. defende que sim. Acredita o autor que pode a parte vencedora renunciar ao direito reconhecido e protegido pela coisa julgada material (DIDIER JR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**: introdução ao Direito Processual Civil, parte geral e processo de conhecimento. 18. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 386). A posição causa estranheza e desconforto: não parece possível, em análise sumária, admitir tal convenção em nosso sistema. No entanto, é justamente as posições extremas, que causam uma certa incerteza quanto à real aplicação do instituto negocial, que estimulam a presente pesquisa, de modo que essas merecem enfrentamento (ver item 10.4.2). Discorda do posicionamento do Professor, de modo a afirmar ser fruto de uma euforia desarrazada com as convenções processuais atípicas: ATAÍDE JÚNIOR, Jaldemiro Rodrigues de. Negócios jurídicos materiais e processuais – existência, validade e eficácia – campo-invariável e campos-dependentes: sobre os limites dos negócios jurídicos processuais. **Revista de Processo**. ano. 40. n. 244. São Paulo: Revista dos Tribunais, jun. 2015, p. 393-423, p. 398.

¹³ Por isso a ressalva de Dinamarco, ao examinar o novo art. 190 do diploma processual: “surge com isso, na prática, a questão da determinação das escolhas convencionais permitias às partes pelo art. 190 do Código de Processo Civil” (DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. v. II. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2017, p. 554). É dificuldade sobre a qual a doutrina deve se debruçar.

¹⁴ DAVIS, Kevin E.; HERSHKOFF, Helen. Contracting for procedure. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). **Negócios processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 131-178, p. 170 e ss.

¹⁵ É de se destacar a importante obra de CABRAL, Antonio do Passo. **Convenções processuais**. Salvador: Juspodivm, 2016. Trata-se de versão comercial de sua tese de livre-docência: CABRAL, Antonio do Passo. **Convenções processuais**: entre publicismo e privatismo. 2015. Tese (livre-docência em Direito Processual). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2015, na qual foi introduzido o “Capítulo 5 – limites para a celebração dos acordos processuais”, p. 249 e ss. Por mais que não seja precipuamente o objeto da pesquisa do Professor, foi dedicado capítulo específico ao estudo dos limites aos negócios jurídicos processuais.

específicos acerca de seus limites.¹⁶ De fato, ao se analisar a doutrina processual brasileira, há apenas alguns artigos científicos, ou construções incidentais a pesquisas cujos objetos são distintos, que se debruçaram sobre o tema.¹⁷

Além disso, diante da crise do judiciário, vivida em todos os sistemas jurídicos de origem europeia, continental ou insular, cada vez mais o autorregramento da vontade, as soluções alternativas e os contratos privados de tutela jurídica ganham importância.¹⁸ É tema, por essa razão, que vem sendo investigado em países estrangeiros, em especial na Alemanha, na França, nos Estados Unidos e na Itália.¹⁹

O tema dialoga, por fim, com a teoria geral do direito processual, haja vista a pertinência dos negócios jurídicos processuais enquanto fonte normativa.²⁰ É, pois, instituto que

¹⁶ Note-se, contudo, que há importantes obras de fôlego sobre os negócios jurídicos processuais, trabalhos que, sem dúvida, são de enorme relevância ao estudo da matéria. O que se quis dizer foi que, em relação ao corte metodológico pretendido na pesquisa que se propõe, ou seja, em relação aos limites balizadores da negociação processual, ainda não se teve notícia de trabalho de fôlego específico. Destacam-se, além da obra de Cabral, já citada: BARREIROS, Lorena Miranda Santos. **Convenções processuais e poder público**. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 221 e ss. (versão comercial da tese: BARREIROS, Lorena Miranda Santos. **Convenções processuais e poder público**. 2016. Tese (doutorado em direito). Universidade Federal da Bahia, 2016); NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios jurídicos processuais**. Salvador: Juspodivm, 2016 (versão comercial da tese: NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios jurídicos processuais: análise dos provimentos judiciais como atos negociais**. 2011. Tese (doutorado em direito). Universidade Federal da Bahia, 2011); GODINHO, Robson Renault. **Negócios processuais sobre o ônus da prova no novo CPC**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015 (versão comercial da tese: GODINHO, Robson Renault. **Convenções sobre o ônus da prova: estudo sobre a divisão de trabalho entre as partes e os juízes no processo civil brasileiro**. 2013. Tese (doutorado em direito processual). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013); ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. **Contratualização do processo: das convenções processuais no processo civil**. São Paulo: LTR, 2015 (versão comercial da tese: ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. **Das convenções processuais no processo civil**. 2014. Tese de doutorado (doutorado em direito processual). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014).

¹⁷ Há poucos artigos que merecem destaque, por sua abordagem direta ao tema: ATAÍDE JÚNIOR, Jaldemiro Rodrigues de. Negócios jurídicos materiais e processuais – existência, validade e eficácia – campo-invariável e campos-dependentes: sobre os limites dos negócios jurídicos processuais. **Revista de Processo**. ano. 40. n. 244. São Paulo: Revista dos Tribunais, jun. 2015, p. 393-423; GRECO, Leonardo. Os atos de disposição processual: primeiras reflexões. *IN* MEDINA, José Miguel Garcia; CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo; CERQUEIRA, Luís Otávio Sequeira de; GOMES JR., Luiz Manoel (coord.). **Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais: estudos em homenagem à professora Teresa Arruda Alvim Wambier**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 290-304.

¹⁸ CADIET, Lóic. Los acuerdos procesales en derecho francés: situación actual de la contractualización del proceso y de la justicia en Francia. **Civil Procedure Review**. v. 3. n. 3. Ago.-Dez., 2012, p. 3-35, p. 4-6.

¹⁹ A ensejar o estudo de direito comparado que será feito no Capítulo II. Para amplas referências sobre os quatro países citados, além de digressões sobre a superação publicista em Portugal e Espanha, apesar de ainda não serem países em que há estudos específicos sobre as convenções processuais, ver item 6.2.2.

²⁰ “O negócio jurídico se apresenta como uma espécie de fato jurídico, legitimando-se, assim, o seu tratamento como um conceito jurídico fundamental (lógico-jurídico). Há, desse modo, elementos mínimos que permitem identificar o negócio jurídico como um conceito da Teoria Geral do Direito” (NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios jurídicos processuais**. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 121-122). A questão será melhor examinada no item 2.1.

impacta toda a compreensão do processo, no tocante à sua natureza e função,²¹ o que evidencia ainda mais sua importância.

HIPÓTESE DE PESQUISA, OBJETIVOS E DELIMITAÇÃO TEMÁTICA

A partir das observações levantadas, bem como da problematização apresentada, a hipótese de pesquisa a ser trabalhada é a de que, diante do ordenamento jurídico pátrio e da teoria geral do direito, as convenções processuais devem ser analisadas sob os planos da existência, validade e eficácia. Além disso, devem ser confrontadas com o ordenamento jurídico, em especial com as garantias constitucionais do processo e, ainda, às normas que dialogam com a natureza do fenômeno fático negocial.

O objetivo do presente trabalho, portanto, será averiguar os pressupostos gerais de existência, validade e eficácia dos negócios jurídicos processuais.²² Tal análise será pautada em todo o ordenamento jurídico, ou seja, levará em conta tanto as previsões legais, quanto as constitucionais, para, a partir daí, tentar construir uma “teoria geral” que identifique os negócios jurídicos processuais existentes, válidos e eficazes.

Não será escopo do trabalho analisar limites específicos aos negócios jurídicos processuais, típicos²³ ou atípicos. A investigação será pautada em critérios gerais, a ser aplicados a todo e qualquer negócio jurídico processual, sem a pretensão de analisar espécies convencionais, sendo estas utilizadas apenas como exemplos, para sedimentação dos conceitos desenvolvidos.

O trabalho não se propõe, ademais, a apresentar uma classificação, isto é, uma sistematização dos atos processuais, ou dos atos do processo. Não será enfrentada, assim, de maneira profunda, a polêmica que envolve a natureza de cada ato processual, com seu enquadramento como ato *stricto sensu* ou como negócio jurídico processual unilateral.²⁴

²¹ CABRAL, Antonio do Passo. **Convenções processuais**. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 37.

²² Nos dizeres de Junqueira, “o negócio jurídico, examinado no plano da existência, precisa de *elementos*, para existir; no plano da validade, de *requisitos*, para ser válido; e, no plano da eficácia, de *fatores de eficácia*, para ser eficaz” (AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio Jurídico**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 30).

²³ O tema já foi objeto de trabalho específico: BERTÃO, Rafael Calheiros. Negócios jurídicos processuais: a ampliação das hipóteses típicas pelo novo código de processo civil. IN DIDIER JR., Fredie *et al* (coord.). **Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada**: parte geral. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 1347-1376.

²⁴ Tema desenvolvido na Tese do Professor Pedro Nogueira, em obra fundamental ao presente trabalho: NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios jurídicos processuais**. Salvador: Juspodivm, 2016, *passim*.

Não será escopo, ainda, a análise histórica da evolução dos negócios jurídicos processuais na experiência jurídica. É possível, no entanto, que se façam breves referências a previsões em ordenamentos históricos, apenas como forma de embasar premissas do trabalho.

Por fim, serão utilizados exemplos extraídos da experiência arbitral no Brasil. Isso porque, por se tratar de espécie de negócio jurídico processual que impacta diretamente o procedimento, bem como direitos fundamentais processuais, os estudos desenvolvidos pela doutrina arbitral, em especial sobre a cláusula compromissória, servem como parâmetro balizador para a flexibilização procedimental e para negociações acerca de situações jurídicas no processo judicial.²⁵ Não se pretende, contudo, aprofundar o estudo arbitral, de modo a não ser objeto da pesquisa.

METODOLOGIA. ESTRUTURA DO TRABALHO. FONTES ESTRANGEIRAS

O trabalho está dividido em quatro capítulos. É possível se dividir o trabalho em dois grupos: o primeiro, formado pelos dois primeiros capítulos, mais introdutório, em que serão desenvolvidas as premissas ao trabalho; e o segundo, formado pelos dois últimos capítulos, em que será realizada a específica abordagem sobre os limites às convenções processuais.

Dessa forma, o primeiro capítulo busca estabelecer a tipologia dos negócios jurídicos processuais, de modo a evidenciá-los enquanto espécie dos fatos jurídicos processuais e a apresentar as classificações e os conceitos úteis à análise que se propõe. O segundo capítulo, por sua vez, aborda a evolução doutrinária da matéria, tanto no direito brasileiro como no direito comparado, bem como a contextualização histórico-dogmática à valorização da negociação processual.

Emprega-se, nos dois primeiros capítulos, como metodologia fundamental, o método crítico-descritivo, com o intuito de estabelecer o estágio doutrinário do estudo dos negócios jurídicos processuais. A ideia é, assim, desenvolver as premissas à análise dos limites negociais, de modo a identificar, claramente, os elementos de existência das convenções processuais.

²⁵ Assim também entende DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. v. II. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2017, p. 554. Ver, também, interessante artigo de Rodrigo Mazzei e Bárbara Chagas, em que defendem as semelhanças entre a arbitragem e os negócios jurídicos processuais, para, assim, apontar a necessidade de se utilizar a experiência arbitral para a compreensão das convenções processuais (MAZZEI, Rodrigo; CHAGAS, Bárbara Seccato Ruis. Breve diálogo entre os negócios jurídicos processuais e a arbitragem. **Revista de Processo**. ano. 39. n. 237. São Paulo: Revista dos Tribunais, nov. 2014, p. 223-235, p. 225).

No capítulo três, as convenções processuais são analisadas à luz das garantias processuais, ou seja, à luz das normas fundamentais do processo, extraíveis, explícita ou implicitamente, da CF/88. Dessa forma, estuda-se o fenômeno do neoprocessualismo, e o consequente modelo cooperativo de processo, os princípios norteadores do sistema processual negociável e, a partir das noções consolidadas, confronta-se a sistemática dos acordos processuais com as garantias processuais.

Já no quarto e último capítulo, o estudo volta-se para o ordenamento jurídico, como um todo, de maneira a abordar algumas características elementares às convenções, a nova normativa introduzida pelo CPC/15 e, por fim, a análise dos atos negociais a partir do critério metodológico dos três planos do mundo jurídico.²⁶

Nos dois últimos capítulos, o método a ser utilizado é o crítico-prescritivo, de modo a enfrentar algumas noções cristalizadas na doutrina, frutos de questionáveis construções dogmáticas, a fim de se desenvolver o estudo proposto.

De se destacar, por fim, que, diante dos estudos realizados em direito estrangeiro, serão utilizadas fontes de doutrina estrangeira, em especial das doutrinas alemã, italiana, norte-americana, espanhola e portuguesa,²⁷ de modo a clarificar o estudo proposto. As obras estrangeiras, obtidas, principalmente, a partir de pesquisa feita, sem vínculo institucional, na *Universität Münster*, bem como pelos acervos *online*, são fundamentais para uma melhor compreensão do tema.

Assim está estruturado o trabalho, pensado para, da forma mais didática possível, contribuir com a academia e prática jurídica, para fornecer elementos norteadores para identificação da convenção processual existente, válida e eficaz.

²⁶ A partir dos estudos de Marcos Bernardes de Mello (MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico:** plano da existência. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 190 e ss.). Ver item 3.3.

²⁷ Apesar da importância francesa à matéria (ver item 6.2.2.2), não se utiliza, por uma limitação linguística, obras originárias do país. A experiência francesa é estudada a partir da leitura feita por obras que comentam a experiência francesa, nacionais e estrangeiras, que possibilitam uma visão apurada do desenvolvimento do assunto naquele país.

CONCLUSÕES

O presente trabalho buscou, à luz do marco teórico ponteano, analisar as convenções processuais, com o objetivo claro de, em sede de teoria geral, delimitar seus limites e, assim, viabilizar a aplicação prática do instituto. Ao final, considera-se confirmada a hipótese inicial de pesquisa, de maneira que o ato negocial processual deve ser analisado a partir dos três planos de análise do mundo jurídico: existência, validade e eficácia.

Ademais, o instituto jurídico foi analisado à luz do neoprocessualismo, ou formalismo-valorativo, ou seja, confrontou-se os elementos principiológicos atinentes à convencionalidade processual com as normas fundamentais do processo. Os negócios processuais, assim, não podem violar o conteúdo mínimo das garantias processuais, sob pena de invalidade, mas, ainda que apenas disponha sobre elementos assessórios de uma norma fundamental, deverá ter sua eficácia analisada casuisticamente, a partir da ponderação, diante do conflito entre as normas constitucional, ou legal, e convencional, de qual efeito deve prevalecer.

A presente contribuição acadêmica buscou, pois, sistematizar os limites às convenções processuais, clarificando a matéria e possibilitando a aplicação segura do instituto previsto no art. 190 do CPC/15. Não se trata, como se pode imaginar a priori, de um trabalho de cunho conservador publicista, que busca estabelecer freios desarrazoados ao autorregramento da vontade, mas, sim, de uma pesquisa que, ao estabelecer as suas balizas, busca valorizar a convencionalidade processual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDO, Helena Najjar. **O abuso do processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. **Observância da regra da objetividade na publicidade do processo realizado pelos meios de comunicação social**. 2006. Tese (doutorado em Direito Processual). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Situações jurídicas processuais e o processo civil contemporâneo. *IN* DIDIER JR., FREDIE (org.). **Teoria do processo: panorama doutrinário mundial**. v. 2. Salvador: Juspodivm, 2010, p. 339-352.

ABREU, Rafael Sirangelo de. A igualdade e os negócios processuais. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 193-214.

_____. **Igualdade e processo: posições processuais equilibradas e unidade do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ADAMY, Pedro Augustin. **Renúncia a direito fundamental**. São Paulo: Malheiros, 2011.

ALEXY, Robert. **Theorie der Grundrechte**. 2. ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.

ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. **A prova pericial no processo civil: o controle da ciência e a escolha do perito**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

_____. As convenções processuais na experiência francesa e no novo CPC. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 245-268.

_____. **Contratualização do processo: das convenções processuais no processo civil**. São Paulo: LTR, 2015.

ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. **A contrariedade na instrução criminal**. São Paulo, [S.I.], 1937.

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Comentários à Lei de Arbitragem: Lei nº 9.307, de 23/9/1996**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

_____. **Tratado Geral da Arbitragem: interno**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000

AMARAL, Guilherme Rizzo. **Comentários às alterações do novo CPC**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

AMORIM FILHO, Agnelo. Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para indenizar as ações imprescritíveis. **Revista dos Tribunais**. v. 836. São Paulo: Revista dos Tribunais, jun. 2005, p. 733-764.

ANDRADE, Érico. As novas perspectivas do gerenciamento e da “contratualização” do processo. **Revista de Processo**. ano. 36. n. 193. São Paulo: Revista dos Tribunais, mar. 2011, p. 167-200.

ANDREWS, Neil. **English civil procedure**: fundamentals of the new civil justice system. Oxford: Oxford University, 2003.

_____. **The Modern Civil Process**: judicial and alternative forms of dispute resolution in England. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. Cláusula compromissória: aspectos contratuais. **Revista do Advogado**. ano. XXXII. n. 116. São Paulo: AASP, jul. 2012, p. 174-192.

_____. **Ordem pública e processo**: o tratamento das questões de ordem pública no direito processual civil. São Paulo: Altas, 2011.

ARAGÃO, E. D. Moniz de. **Comentários ao Código de Processo Civil**. v. 2. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

_____. O Estado de Direito e o direito de ação (a extensão do seu exercício). **Revista da Faculdade de Direito UFPR**. v. 19. n. 0. Curitiba: UFPR, 1979, p. 243-262.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. José Rubens Siqueira (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AROCA, Juan Montero. El proceso civil llamado “social” como instrumento de “justicia” autoritária. *IN* _____(coord.). **Proceso civil e ideología**: un prefacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos. Valencia: Tirant lo blanch, 2006, p. 130-165.

_____. **Los principios políticos de la nueva Ley de enjuiciamiento civil**: los poderes del juez y la oralidad. Valencia: Tirant lo Blanch, 2001.

_____. (coord.). **Proceso civil e ideología**: un prefacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos. Valencia: Tirant lo blanch, 2006.

ASSIS, Araken de. Duração razoável do processo e reformas da lei processual civil. *IN* FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). **Processo e Constituição**: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 195-204.

_____. **Processo civil brasileiro**. v. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. **Processo civil brasileiro**. 2. ed. v. 3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ATAÍDE JÚNIOR, Jaldemiro Rodrigues de. Negócios jurídicos materiais e processuais – existência, validade e eficácia – campo-invariável e campos-dependentes: sobre os limites dos negócios jurídicos processuais. **Revista de Processo**. ano. 40. n. 244. São Paulo: Revista dos Tribunais, jun. 2015, p. 393-423.

AVELINO, Murilo Teixeira. A posição do magistrado em face dos negócios jurídicos processuais. **Revista de Processo**. ano. 40. n. 246. São Paulo: Revista dos Tribunais, ago. 2015, p. 219-238.

_____. A posição do magistrado em face dos negócios jurídicos processuais – já uma releitura. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). **Negócios processuais**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 401-424.

_____. **O controle judicial da prova técnica e científica**. 2016. Dissertação (mestrado em direito). Faculdade de Direito do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

ÁVILA, Humberto Bergmann. A distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever de proporcionalidade. **Revista de Direito Administrativo**. n. 215. Rio de Janeiro: FGV, jan./mar. 1999, p. 151-179

_____. “Neoconstitucionalismo”: entre a “ciência do direito” e o “direito da ciência”. *IN* SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo (coords.). **Vinte anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009, p. 187-202.

_____. O que é “devido processo legal”. **Revista de Processo**. ano 33. n. 163. São Paulo: Revista dos Tribunais, set. 2008, p. 50-59.

_____. Subsunção e concreção na aplicação do direito. *IN* MEDEIROS, Antonio Paulo Cachapuz (org.). **O ensino jurídico no limiar do novo século**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 413-466.

_____. **Teoria da segurança jurídica**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

_____. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

AYMONE, Priscila Knoll. **A problemática dos procedimentos paralelos**: os princípios da litispendência e da coisa julgada em arbitragem internacional. 2011. Tese (Doutorado em Direito Processual). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2011.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio Jurídico**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BARCELLOS, Ana Paula de. Neoconstitucionalismo, direitos fundamentais e controle das políticas públicas. *IN* CAMARGO, Marcelo Novelino (org.). **Leituras complementares de constitucional: direitos fundamentais**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2007, p. 43-64.

BARREIROS, Lorena Miranda Santos. **Convenções processuais e poder público**. Salvador: Juspodivm, 2017.

_____. **Fundamentos constitucionais do princípio da cooperação processual**. Salvador: Juspodivm, 2013.

_____. Reflexões sobre o garantismo processual: será o modelo adversarial a única medida certa para essa doutrina? *IN* DIDIER JR., Fredie; NALINI, José Renato; RAMOS, Glauco Gumerato; LEVY, Wilson (coord.). **Ativismo judicial e garantismo processual**. Salvador: Juspodivm, 2013, p. 429-441

BARRETO, Adalberto Fulco Feitosa Paes. **A flexibilidade do princípio do dispositivo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídico-Civilistas). Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito: o triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil. **Revista de Direito Administrativo**. n. 240. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2005.

BARROZO, Thaís Aranda. O calendário processual no direito francês e no italiano: reflexos no novo Código de Processo Civil. *IN* ZUFELATO, Camilo; BONATO, Giovanni; SICA, Heitor Vitor Mendonça; CINTRA, Lia Carolina Batista (coord.). **I Colóquio Brasil-Itália de Direito Processual Civil**. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 481-502.

BASILIO, Ana Tereza; FREIRE, Alexandre; RODOVALHO, Thiago. Modernização da Lei de Arbitragem - algumas reflexões. *IN* CAHALI, Francisco José; RODOVALHO, Thiago; FREIRE, Alexandre (org.). **Arbitragem: Estudos sobre a Lei nº 13.129, de 26-5-2015**. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 49-65.

BAUMGÄRTEL, Gottfried. **Wesen und Begriff der Prozeßhandlung einer Partei im Zivilprozeß**. Berlin: Vahlen, 1957.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e processo**: influência do direito material sobre o processo. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. **Efetividade do processo e técnica processual**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. Os elementos objetivos da demanda examinados à luz do contraditório. *IN* TUCCI, José Rogério Cruz e; BEDAQUE, José Roberto dos Santos (coord.). **Causa de pedir e pedido no processo civil**: questões polêmicas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 13-52.

_____. **Poderes instrutórios do juiz**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

BERALDO, Leonardo Faria. **Curso de Arbitragem nos termos da Lei 9.307/96**. São Paulo: Altas, 2014.

BERTÃO, Rafael Calheiros. **A distribuição dinâmica do ônus da prova**: a tendência reformista latino-americana e o novo Código de Processo Civil. 2017, *no prelo*.

_____. Negócios jurídicos processuais: a ampliação das hipóteses típicas pelo novo código de processo civil. *IN* DIDIER JR., Fredie *et al* (coord.). **Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada**: parte geral. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 1347-1376.

_____. **O dever de cooperação e a experiência jurisprudencial portuguesa**: um contributo de direito comparado ao estudo do art. 6º do código de processo civil de 2015. 2018, *no prelo*.

_____. Os precedentes no novo Código de Processo Civil: a valorização da *Stare Decisis* e o modelo de Corte Suprema brasileiro. **Revista de Processo**. n. 253. São Paulo: Revista dos Tribunais, mar. 2016, p. 347-385.

BETTI, Emilio. **Istituzioni di Diritto Romano**. 2. ed. Padova: CEDAM, 1947.

_____. **Teoria generale del negozio giuridico**. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2002.

BIAVATI, Paolo. Flessibilità, semplificazione e gestione del processo civile: la prospettiva italiana. *IN* ZUFELATO, Camilo; BONATO, Giovanni; SICA, Heitor Vitor Mendonça; CINTRA, Lia Carolina Batista (coord.). **I Colóquio Brasil-Itália de Direito Processual Civil**. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 207-224.

BONATO, Giovanni. Panorama da arbitragem na França e na Itália: Perspectiva de Direito Comparado com o sistema brasileiro. **Revista Brasileira de Arbitragem**. n. 43. Porto Alegre: Síntese, jul.-set. 2014, p. 59- 92.

BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. **Capítulos de sentença e efeitos dos recursos**. São Paulo: RCS, 2006.

BRAGA, Paulo Sarno. **Aplicação do devido processo legal às relações privadas**. Salvador: Juspodivm, 2008.

_____. Primeiras reflexões sobre uma teoria do fato jurídico processual: plano de existência. **Revista de Processo**. ano. 32. n. 148. São Paulo: Revista dos Tribunais, jun. 2007, p. 293-320.

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. **Teoria dos ilícitos civis**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **Agravo de Instrumento nº 2045753-87.2016.8.26.0000**. Agravante: Conexão Desenvolvimento Empresarial Ltda. Agravada: Milka Nascimento Souza. Relator: Juiz Luis Fernando Nishi. São Paulo, 22 de setembro de 2016. Disponível em <https://esaj.tjsp.jus.br/cposg/open.do>. Consultado em 08 de janeiro de 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Apelação Cível nº 0313361-11.2017.8.21.7000**. Apelante: Tiago Leonardo Kaercher e S & K Produtos Para Saude LTDA. Apelada: Alliage SA Industrias Medico Odontologico. Relator: Juiz Paulo Sergio Scarparo. Porto Alegre, 06 de dezembro de 2017. Disponível em <https://www.tjrs.jus.br/ppe/signin>. Consultado em 08 de janeiro de 2018.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Curso sistematizado de Direito Processual Civil**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Novo Código de Processo Civil anotado**. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. **Partes e terceiros no processo civil brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BÜLOW, Oskar von. **Die lehre von der Prozesseinreden und die Prozessvoraussetzungen**. Aalen: Scientia, 1969.

BUZAID, Alfredo. A crise do Supremo Tribunal Federal. **Revista da Faculdade de Direito**. v. 55. São Paulo: USP, 1960, p. 327-372.

CABRAL, Antonio do Passo. **Convenções processuais**. Salvador: Juspodivm, 2016.

_____. Despolarização do processo e *zonas de interesse*: sobre a migração entre polos da demanda. **Revista Forense**. ano. 105. v. 404. Rio de Janeiro: Forense, jul.-ago. 2009, p. 3-42.

_____. Imparcialidade e imparcialidade. Por uma teoria sobre repartição e incompatibilidade de funções no processo civil e penal. **Revista de Processo**. ano. 32. n. 149. São Paulo: Revista dos Tribunais, jul. 2007, p. 339-364.

_____. **Nulidades no processo moderno**: contraditório, proteção da confiança e validade *prima facie* dos atos processuais. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. O contraditório como dever e a boa-fé processual objetiva. **Revista de Processo**. ano. 30. n. 126. São Paulo: Revista dos Tribunais, ago. 2005, p. 59-81.

_____. Pré-eficácia das normas e a aplicação do Código de Processo Civil de 2015 ainda no período de *vacatio legis*. *IN* YARSHELL, Flávio Luiz; PESSOA, Fabio Guidi Tabosa (coord.). **Direito Intertemporal**. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 79-88.

CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015.

CABRAL, Trícia Navarro Xavier. Convenções em matéria processual. **Revista de Processo**. ano. 40. n. 241. São Paulo: Revista dos Tribunais, mar. 2015, p. 489-517.

_____. **Ordem pública processual**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2015.

_____. Reflexos das convenções em matéria processual nos atos judiciais. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 215-244.

CADIET, Loïc. La qualification juridique des accords processuels. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 93-103.

_____. Les conventions relatives au procès en droit français Sur la contractualisation du règlement des litiges. **Revista de Processo**. ano.33. n. 160. São Paulo: Revista dos Tribunais, jun. 2008, p. 61-82 (**Accordi di Parte e Processo – Supplemento della Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**. ano. LXII. n. 3. Milão: Dott, A. Giuffrè, 2008, p. 7-35).

_____. Los acuerdos procesales en derecho francés: situación actual de la contractualización del proceso y de la justicia en Francia. **Civil Procedure Review**. v. 3. n. 3. Ago.-Dez., 2012, p. 3-35, p. 4-6.

_____. Prefácio. *IN* CABRAL, Antonio do Passo. **Convenções processuais**. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 9-20.

CAETANO, Marcello. **História do Direito português**: secs. XII-XVI – subsídios para a história das fontes do direito em Portugal no séc. XVI. 4. ed. Lisboa: Verbo, 2000.

CAIS, Fernando Fontoura da Silva. **Preclusão e a instrumentalidade do processo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito Processual). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2006.

CALAMANDREI, Piero. Il nuovo processo civile e la scienza giuridica. *IN* _____. **Studi sul processo civile**. v. 5. Padova: CEDAM, 1947, p. 67-90.

_____. Il processo come giuoco. **Rivista di Diritto Processuale**. v. 5. parte I. Padova: CEDAM, 1950, p. 23- 51.

CÂMARA, Alexandre Freitas. **Arbitragem**: Lei nº 9.307/96. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002

_____. Dimensão processual do princípio do devido processo constitucional. *IN* DIDIER JR., Fredie *et al* (coord.). **Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada**: parte geral. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 369-382.

_____. **Lições de direito processual civil**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

_____. **O novo processo civil brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CAMBI, Eduardo. **A prova civil**: admissibilidade e relevância. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. **Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo**: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo do judiciário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

_____. Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo. *IN* FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). **Processo e Constituição**: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 662-683.

_____. Teoria das cargas probatórias dinâmicas (distribuição dinâmica do ônus da prova) – exegese do artigo 373, §§ 1º e 2º do NCPC. *IN* MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre (org.). **Coleção novo CPC- Doutrina Seleccionada**. v. 3. Processo de Conhecimento – Provas. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 433-456.

CAMPBELL, Juan Colombo. **Los actos procesales**. Tomo. I. Santiago: Editorial Juridica de Chile, 1997.

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Systemdenken und Systembegriff in der Jurisprudenz**: entwickelt am Beispiel des deutschen Privatrechts. Berlin: Duncker & Humblot, 1983.

CANELLA, Maria Giulia. Gli accordi processuali francesi volti alla “regolamentazione collettiva” del processo civile. **Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**. ano LXIV. n. 2. Milano: Giuffrè Editore, jun. 2010, p. 549-580.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Constituição dirigente e vinculação do legislador:** contributo para a compreensão das normas constitucionais programáticas. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

_____. **Direito constitucional e teoria da constituição.** 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CAPONI, Remo. Autonomia privata e processo civile. **Accordi di Parte e Processo – Supplemento della Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile.** ano. LXII. n. 3. Milão: Dott, A. Giuffrè, 2008, p. 99-120.

CAPPELLETTI, Mauro. **Giudici legislatori?** Milano: Giuffrè, 1984.

CARBONELL, Miguel. Neoconstitucionalismo: elementos para una definición. *IN* MOREIRA, Eduardo Ribeiro; PUGLIESI, Marcio (coord.). **20 anos da Constituição brasileira.** São Paulo: Saraiva, 2009, p. 197-208.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e jurisdição. **Revista de Processo.** n. 58. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 33-40.

_____. **Arbitragem e processo:** um comentário à lei nº 9.307/96. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CARNELUTTI, Francesco. **La prova civile.** Roma: Athenaeum, 1915.

_____. **Lezioni di Diritto Processuale Civile:** la funzione del processo di cognizione. v. 4. Padova: Editrice Universitaria, 1923.

_____. Note sull'accertamento negoziale. **Rivista di Diritto Processuale Civile.** v. XVII. n. 1. Padova: CEDAM, 1940, p. 3-24.

_____. **Sistema del Diritto Processuale Civile.** v. I. Padova: CEDAM, 1938.

_____. **Sistema del Diritto Processuale Civile.** v. II. Padova: CEDAM, 1938.

CARPI, Federico. Introduzione. **Accordi di Parte e Processo – Supplemento della Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile.** ano. LXII. n. 3. Milão: Dott, A. Giuffrè, 2008, p. 1-4.

CARAMELO, António Sampaio. Critérios de arbitrabilidade dos litígios. Revisando o tema. **Revista de Arbitragem e Mediação.** ano. 7. n. 27. São Paulo: Revista dos Tribunais, out./dez. 2010, p. 129-161.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. **O devido processo legal e os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CASTRO, Torquato. **Teoria da situação jurídica em direito privado nacional**: estrutura, causa e título legitimário do sujeito. São Paulo: Saraiva, 1985.

CAVALCANTI, José Paulo. **Da renúncia no direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

CAVALLONE, Bruno. In difesa della veriphobia: considerazioni amichevolmente polemiche su un libro recente di Michele Taruffo. **Rivista di Diritto Processuale**. LXV (II serie). n. 1. Padova: CEDAM, 2010, p. 1-26.

CAVANI, Renzo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coord.). **Convenciones procesales**: estudios sobre negocio juridico y proceso. Lima: Raguel Ediciones, 2015.

CHIARLONI, Sergio. La verità presa sul serio. **Revista de Processo**. ano. 35. n. 184. São Paulo: Revista dos Tribunais, jun. 2010, p. 273-289.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Istituzioni di Diritto Processuale Civile**. 2. ed. v. 1. Napoli: Dott. Eugenio Jovene, 1935.

_____. **Istituzioni di Diritto Processuale Civile**. 2. ed. v. 2. Napoli: Dott. Eugenio Jovene, 1936.

_____. **Principii di Diritto Processuale Civile**: le azioni; il processo di cognizione. Napoli: Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1965.

CHIZZINI, Augusto. Konventionalprozess e poteri delle parti. **Rivista di Diritto Processuale**. ano. LXX. n. 1. Padova: CEDAM, jan./mar. 2015, p. 45-60.

CIANCI, Mirna. Fazenda Pública e negócios jurídicos processuais no novo CPC: ponto de partida para o estudo. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 481-506.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

CIPRIANI, Franco. El proceso civil entre viejas ideologías y nuevos eslóganes. *IN* AROCA, Juan Montero (coord.). **Proceso civil e ideología**: un prefacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos. Valencia: Tirant lo blanch, 2006, p. 81-95.

_____. El proceso civil italiano entre revisionistas y negociacionistas. *IN* AROCA, Juan Montero (coord.). **Proceso civil e ideología**: un prefacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos. Valencia: Tirant lo blanch, 2006, p. 51-64.

_____. El proceso civil llamado “social” como instrumento de “justicia” autoritária. *IN* _____(coord.). **Proceso civil e ideología**: un prefacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos. Valencia: Tirant lo blanch, 2006, p. 130-165.

_____. Il processo civile italiano tra efficienza e garanzie. **Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**. ano. LVI. n. 4. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, dez. 2002, p. 1243-1261.

COELHO, Francisco Manuel de Brito Pereira. **A renúncia abdicativa no direito civil**: algumas notas tendentes à definição do seu regime. Coimbra: Coimbra, 1995.

COMOGLIO, Luigi Paolo. **Le prove civile**. 2. ed. Torino: Utet, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. Justiça em Números - 2017: Ano-base 2016.

Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/09/904f097f215cf19a2838166729516b79.pdf>>. Acesso em 21 de outubro de 2017.

CORRÊA, Fábio Peixinho Gomes. Negócios jurídicos processuais: uma nova fronteira? **Revista do Advogado**. ano. XXXV. n. 126. São Paulo: AASP, maio 2015, p. 76-82.

COSTA, Alfredo Araújo. **Direito processual civil brasileiro**. 2. ed. v. II. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

COSTA, Antonio. **Contributo alla teoria dei negozi giuridici processuali**. Bologna: Zanichelli, 1921.

COSTA, Eduardo José da Fonseca. A “execução negociada” de políticas públicas em juízo. **Revista de Processo**. ano. 37. n. 212. São Paulo: Revista dos Tribunais, out. 2012, p. 25-56.

_____. Calendarização processual. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). **Negócios processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 353-369.

_____. **Levando a imparcialidade a sério**: proposta de um modelo interseccional entre o direito processual, economia e psicologia. 2016. Tese (Doutorado em Direito Processual Civil) Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

_____. Uma arqueologia das ciências dogmáticas do processo. *IN* DIDIER JR., Fredie. **Teoria do Processo: panorama doutrinário mundial**. v. 2. Salvador: Juspodivm, 2010, p. 215-242.

COSTA, Mário Júlio de Almeida. **História do Direito português**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2007.

COSTA, Susana Henriques. Comentários ao art. 17 do CPC. *IN* BUENO, Cassio Scarpinella. **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, p. 274-292.

COSTA, Thais Mendonça Aleluia da. **A contratualização do processo civil francês**: um novo horizonte para a adequação processual. 2012. Dissertação (mestrado em direito público). Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2012.

COSTA JR., Olímpio. **A relação jurídica obrigacional**: situação, relação e obrigação em direito. São Paulo: Saraiva, 1994.

COUTURE, Eduardo J. **Fundamentos do Direito Processual Civil**. Rubens Gomes de Sousa (Trad.). São Paulo: Saraiva & Cia livraria acadêmica, 1946.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. A contumácia das partes como ato-fato processual. *IN* DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa; GOUVEIA FILHO, Roberto P. Campos (coord.). **Pontes de Miranda e o Direito Processual**. Salvador: Juspodivm, 2013, p. 635-648.

_____. A previsão do princípio da eficiência no projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro. **Revista de Processo**. ano. 39. n. 233. São Paulo: Revista dos Tribunais, jul. 2014, p.65-84.

_____. Comentário ao art. 190. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 316-325.

_____. **Direito intertemporal e o novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

_____. Negócios jurídicos processuais no Processo Civil brasileiro. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 27-62.

_____. O processo civil no Estado constitucional e os fundamentos do projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro. **Revista de Processo**. ano. 37. n. 209. São Paulo: Revista dos Tribunais, jul. 2012, p. 349-374.

DANTAS, Ivo. **Direito constitucional comparado**: teoria do direito comparado. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

DAVIS, Kevin E.; HERSHKOFF, Helen. Contracting for procedure. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). **Negócios processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 131-178.

DE STEFANO, Giuseppe. **Studi sugli accordi processuali**. Milano: Giuffrè, 1959.

DENNING, Alfred Thompson. **The due process of law**. London: Butterworth, 1994.

DIAS, Handel Martins. **Condicionamento histórico do processo civil brasileiro: o legado do direito lusitano**. 2014. Tese (Doutorado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2015.

DIDIER JR., Fredie. Cláusulas gerais processuais. **Revista de Processo**. ano. 35. n. 187. São Paulo: Revista dos Tribunais, set. 2010, p. 69-83.

_____. **Curso de Direito Processual Civil**. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2008.

_____. **Curso de Direito Processual Civil: introdução ao Direito Processual Civil, parte geral e processo de conhecimento**. 18. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

_____. Eficácia do novo CPC antes do término do período de vacância da lei. *IN* YARSHELL, Flávio Luiz; PESSOA, Fabio Guidi Tabosa (coord.). **Direito Intertemporal**. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 317-324.

_____. Fonte normativa da legitimação extraordinária no novo Código de Processo Civil: a legitimação extraordinária de origem negocial. **Revista de Processo**. ano. 39. n. 232. São Paulo: Revista dos Tribunais, jun. 2014, p. 69-76.

_____. **Fundamentos do princípio da cooperação no Direito Processual Civil Português**. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

_____. Negócios jurídicos processuais atípicos no CPC-2015. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). **Negócios processuais**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 105-125.

_____. O princípio da cooperação: uma apresentação. **Revista de Processo**. ano. 30. n. 127. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 75-79.

_____. Os três modelos de direito processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo. **Revista de Processo**. ano 36. n. 198. São Paulo: Revista dos Tribunais, ago. 2011, p. 213-225.

_____. Princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo civil. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). **Negócios processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 19-25.

_____. Sistema brasileiro de precedentes judiciais obrigatórios e os deveres institucionais dos tribunais: uniformidade, estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**. v. 18. n. 36. Belo Horizonte: PUCMG, 2015, p. 114-132

_____. **Sobre a Teoria Geral do Processo, essa desconhecida**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandre de. **Curso de Direito Processual Civil**. 11. ed. v. 2. Salvador: Juspodivm, 2016.

DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. Ação rescisória e a ação de invalidação de atos processuais prevista no art. 966, §4º, do CPC/2015. **Revista de Processo**. ano. 41. n. 252. São Paulo: Revista dos Tribunais, fev. 2016, p. 231-241.

_____. Agravo de instrumento contra decisão que versa sobre competência e a decisão que nega eficácia a negócio jurídico processual na fase de conhecimento: uma interpretação sobre o agravo de instrumento previsto no CPC/2015. **Revista dos Tribunais**. ano. 40. n. 242. São Paulo: Revista dos Tribunais, abr. 2015, p. 273-282.

_____. **Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 14. ed. v. 3. Salvador: Juspodivm, 2017.

DIDIER JR., Fredie; EHRHARDT JR., Marcos (coord.). **Revisitando a teoria do fato jurídico: homenagem a Marcos Bernardes de Mello**. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Teoria dos fatos jurídicos processuais**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2013.

DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. **Curso de direito processual civil**. v. 4. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A arbitragem na teoria geral do processo**. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. **A instrumentalidade do processo**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. **Instituições de Direito Processual Civil**. 7. ed. v. 1. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. **Instituições de Direito Processual Civil**. v. II. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. **Instituições de Direito Processual Civil**. v. II. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. **Intervenção de terceiros**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. O novo Código de Processo Civil brasileiro e a ordem processual civil vigente. **Revista de Processo**. ano. 40. n. 247. São Paulo: Revista dos Tribunais, set. 2015, p. 63-103.

_____. O princípio do contraditório e sua dupla destinação. *IN* _____. **Fundamentos do processo civil moderno**. 6. ed. t. I. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 517-528.

_____. Relativizar a coisa julgada material. **Revista de Processo**. ano. 28. n. 109. São Paulo: Revista dos Tribunais, jan./mar. 2003, p. 9-38.

_____. **Vocabulário do processo civil**. São Paulo: Malheiros, 2009.

- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**. 29. ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2012.
- _____. **Curso de Direito Civil brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais**. 29. ed. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2013.
- _____. **Tratado teórico e prático dos contratos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- DITTRICH, Hans. **Die sogenannten Exklusivverträge über prozessuale Rechtsverhältnisse**. 1908. Dissertação. Universität Heidelberg, 1908.
- DODGE, Jaime. The limits of procedural private ordering. **Virginia Law Review**. v. 97. n. 4. Virginia: University of Virginia, jun. 2011, p. 723-800.
- DÖRR, Dieter. **Faires Verfahren: Gewährleistung im Grundgesetz der Bundesrepublik Deutschland**. Kehl: Engel, 1984.
- DWORKIN, Ronald. **Taking rights seriously**. Cambridge: Harvard University, 1977.
- ECHANDIA, Hernando Devis. **Teoria general de la prueba judicial**. 5. ed. Buenos Aires: Victor P. de Zavalía, 1981.
- EICKMANN, Karl Wilhelm. **Beweisverträge im Zivilprozeß**. Bochum: Brockmeyer, 1987.
- ESSER, Josef. **Grundsatz und Norm in der richterlichen Fortbildung des Privatrechts**. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1956.
- FARIA, Marcela Kohlbach de. Negócios jurídicos processuais unilaterais e o requerimento de parcelamento de débito pelo executado. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 281-295.
- FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. ZOMER, Ana Paula *et al* (trad.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- FERRARI, Vincenzo. Le parti e il rischio del processo. **Accordi di Parte e Processo – Supplemento della Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**. ano. LXII. n. 3. Milão: Dott, A. Giuffrè, 2008, p. 37-58.
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. 9. ed. Rio de Janeiro: Altas, 2016.
- FICHTNER, José Antonio; MONTEIRO, André Luís. Medidas urgentes no processo arbitral brasileiro. *IN* _____. **Temas de Arbitragem: primeira série**. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.
- FIORI, Jose Luis. **Estado do bem-estar social: padrões e crises**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

FISS, Owen M. Against Settlement. **The Yale Law Journal**. v. 93. n. 6. Connecticut: Yale University, maio 1984, p.1073-1090.

FRANCISCO, João Eberhardt. **O papel do juiz na efetivação dos valores constitucionais no processo**. 2014. Dissertação (mestrado em direito processual). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2014.

FRANKEL, Richard. The arbitration clause as super contract. **Washington University Law Review**. v. 91. n. 3. Washington: Washington University, 2014, p. 531-587.

FREITAS, José Lebre de. **Introdução ao processo civil: conceitos e princípios gerais**. 2. ed. Coimbra: Coimbra, 2006.

FUX, Luiz. **Curso de Direito Processual Civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FUX, Luiz; NERY JR., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). **Processo e Constituição: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Comentários ao art. 190. *IN* _____; DELLORE, Luiz; ROQUE, Andre Vasconcelos; OLIVEIRA JR., Zulmar Duarte de. **Teoria geral do processo: comentários ao CPC de 2015 – parte geral**. São Paulo: Forense, 2015, p. 613-632.

_____. **Flexibilização procedimental: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual**. São Paulo: Altas, 2008.

_____. O modelo presidencial cooperativista e os poderes e deveres do juiz no novo CPC. *IN* _____ *et al.* **O novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Altas, 2015, p. 135-154.

_____. **O negócio jurídico processual a favor do Poder Judiciário**. Disponível em <https://jota.info/colunas/novo-cpc/o-negocio-juridico-processual-a-favor-da-eficiencia-do-poder-judiciario-30112015>. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

_____. O princípio da adequação forma do direito processual civil português. **Revista de Processo**. ano 33. n. 164. São Paulo: Revista dos Tribunais, out. 2008, p. 121-134.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca; ROMANO, Michel Betenjane; LUCHIARI, Valeria Ferioli Lagrasta. O Gerenciamento do Processo. *IN* GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano (coord.). **Mediação e Gerenciamento do processo: revolução na prestação jurisdicional**. São Paulo: Altas, 2013, p. 18-34.

GALANTER, Marc. Justice in many rooms: court, private ordering and indigenous law. **Journal of Legal Pluralism**. v. 19, 1981, p. 1-2. Disponível em <<http://commission-on-legal-pluralism.com/volumes/19/galanter-art.pdf>>. Acesso em 07 de maio de 2017.

GALANTER, Marc. **Why the “Haves” Come Out Ahead: Speculations on the Limits of Legal Change**. Disponível em citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.128.6122&rep=rep1&type=pdf;. Acesso em 02 de dezembro de 2017.

GARCEZ, José Maria Rossani. Arbitralidade no direito brasileiro e internacional. **Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem**. ano. 4. n. 12. São Paulo: Revista dos Tribunais, abr./jun. 2001, p. 337-356

GIMÉNEZ, Ignacio Díez-Picazo. Com motivo de la traducción al italiano de la obra del profesor Juan Montero Aroca sobre los principios políticos del proceso civil español. *IN* AROCA, Juan Montero (coord.). **Proceso civil e ideología: un prefacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos**. Valencia: Tirant lo blanch, 2006, p. 29-46.

GIUSSANI, Andrea. Autonomia privata e presupposti processuali: note per um inventario. **Revista de Processo**. ano. 37. n. 211. São Paulo: Revista dos Tribunais, set. 2012, p. 103-111.

GODINHO, Robson Renault. A autonomia das partes no projeto de Código de Processo Civil: a atribuição convencional do ônus da prova. *IN* FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno, NUNES, Dierle, DIDIER JR., Fredie, MEDINA, José Miguel Garcia, FUX, Luiz, CAMARGO, Luiz Henrique Volpe, OLIVEIRA, Pedro Miranda de (org.). **Novas tendências do processo civil: estudos sobre o projeto do novo Código de Processo Civil**. v. III. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 557-590.

_____. A possibilidade de negócios jurídicos processuais atípicos em matéria probatória. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 407-416.

_____. Comentário ao art. 70. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. **Comentários ao novo Código de Processo Civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 119-122.

_____. Direito constitucional ao recurso. *IN* THEODORO JÚNIOR, Humberto; CALMON, Petrônio; NUNES, Dierle (coord.). **Processo e Constituição: os dilemas do processo constitucional e dos princípios processuais constitucionais**. Rio de Janeiro: GZ, 2012, p. 501-540.

_____. **Negócios processuais sobre o ônus da prova no novo CPC.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **Função social do contrato.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOLDSCHMIDT, James. **Der Prozeß als Rechtslage:** eine Kritik des prozessualen denkens. Berlin: Julius Springer, 1925.

_____. **Principios Generales del Proceso.** 2. ed. v.1. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América, 1961.

_____. **Teoría General del proceso.** Barcelona: Editorial Labor, 1936.

GOMES, Orlando. **Contratos.** 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

_____. **Direitos Reais.** 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

_____. **Introdução ao estudo do Direito Civil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro:** parte geral. 13. ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. **Direito Civil brasileiro:** contratos e atos unilaterais. 9. ed. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2012.

GOUVEIA, Lúcio Grassi de. A função legitimadora do princípio da cooperação intersubjetiva no processo civil brasileiro. **Revista de Processo.** ano. 34. n. 172. São Paulo: Revista dos Tribunais, jun. 2009, p. 32-53.

_____. Cognição processual civil: atividade dialética e cooperação intersubjetiva na busca da verdade real. *IN* DIDIER JR., Fredie. **Leituras Complementares de Processo Civil.** 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2010, p. 369-383.

GOZAÍNI, Osvaldo Alfredo. El “neoprocesalismo”. **Revista Iberoamericana de Derecho Procesal.** ano. VI. n. 9. Buenos Aires: Instituto Ibero-americano de Direito Processual, 2006.

GRECO, Leonardo. Os atos de disposição processual: primeiras reflexões. *IN* MEDINA, José Miguel Garcia; CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo; CERQUEIRA, Luís Otávio Sequeira de; GOMES JR., Luiz Manoel (coord.). **Os poderes do juiz e o controle das decisões judiciais:** estudos em homenagem à professora Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 290-304.

_____. Novas perspectivas da efetividade e do garantismo processual. *IN* MITIDIERO, Daniel; AMARAL, Guilherme Rizzo (coord.); FEIJÓ, Maria Angélica Echer Ferreira (org.). **Processo**

Civil: estudos em homenagem ao Professor Doutor Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. São Paulo: Atlas, 2012, p. 273-307.

_____. O conceito de prova. *IN* _____. **Estudos de Direito Processual**. Campos dos Goytacazes: Ed. Faculdade de Direito de Campos, 2005, p. 423-470.

_____. Publicismo e privatismo no processo civil. **Revista de Processo**. ano. 33. n. 164. São Paulo: Revista dos Tribunais, out. 2008, p. 29-56.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Defesa, contraditório, igualdade e *par condicio* na ótica do processo de estrutura cooperatória. *IN* _____. **Novas tendências do direito processual**. Rio de Janeiro: Forense, 1990, p. 1-16.

_____. **Liberdades públicas e processo penal:** as interceptações telefônicas. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

_____. O princípio do juiz natural e sua dupla garantia. *IN* WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). **Doutrinas essenciais:** processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 87-117.

_____. Os fundamentos da justiça conciliativa. *IN* _____. WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano (coord.). **Mediação e Gerenciamento do processo:** revolução na prestação jurisdicional. São Paulo: Atlas, 2013, p. 1-5.

_____. Os métodos consensuais de solução de conflitos no novo CPC. *IN* _____ *et al.* **O novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2015, p. 1-21.

_____. **Os princípios constitucionais e o Código de Processo Civil**. São Paulo: José Bushatsky, 1975.

GUARINO, Antonio. **Storia del Diritto Romano**. 12. ed. Napoli: Editore Jovene, 1998.

GUASTINI, Riccardo. **Dalle fonti alle norme**. Torino: Giappichelli Editore, 1990.

_____. **Teoria e dogmatica delle fonti**. Milano: Giuffrè, 1998.

GUERRA, Marcelo Lima. **Direitos fundamentais e a proteção do credor na execução civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. Princípio da isonomia e da proporcionalidade e privilégios processuais da Fazenda Pública. **Revista de Processo**. ano. 21. n. 82. São Paulo: Revista dos Tribunais, abr./jun. 1996, p. 70-91.

GUERRERO, Luis Fernando. **Os Métodos de Solução de Conflitos e o Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2015.

- GUIMARÃES, Amanda de Araújo. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 2017. Dissertação (mestrado em direito processual). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.
- GUIMARÃES, Luiz Machado. Ato processual. **Estudos de Direito Processual Civil**. Rio de Janeiro: Jurídica e Universitária, 1969.
- HART, H. L. A. **The concept of law**. 2. ed. Oxford: Oxford University, 1994.
- Henckel, Wolfram. **Prozessrecht und materielles Recht**. Liber Amicorum für Wolfram Henckel aus Anlass seines 90. Tübingen, Mohr Siebeck, 2015.
- HENRIQUES FILHO, Ruy Alves. As cláusulas gerais no processo civil. **Revista de Processo**. ano. 33. n. 155. São Paulo: Revista dos Tribunais, jan. 2008, p. 335-364.
- HOFFMAN, Paulo. **Saneamento compartilhado**. São Paulo: Quartier Latin, 2011.
- HOOK, Maria. **Choice of contract law**. Oregon: Hart, 2016.
- HORTON, David. The shadow terms: contract procedure and unilateral amendments. **UCLA Law Review**. v. 57. Los Angeles: UCLA, 2010, p. 605-667.
- IRTI, Natalino. Decodificazione. *IN* **Digesto delle discipline privatistiche**: sezione civile. v. 5. 4. ed. Torino: UTET, 1998, p. 142-148.
- JAUERNIG, Othmar. **Zivilprozessrecht**: ein studienbuch. München: C.H. Becksche, Verlagsbuchhandlung, 1985.
- JHERING, Rudolf Von. **O Espírito do Direito Romano**: nas diversas fases de seu desenvolvimento. Rafael Benaion (trad.). v. 1. Rio de Janeiro: Alba, 1943.
- KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. João Baptista Machado (trad.). 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- KERN, Christoph A. Procedural Contracts in Germany. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 179-191.
- KLEY, Andreas; TOPHINKE, Esther. **Hans Kelsen und die Reine Rechtslehre**. Disponível em https://www.rwi.uzh.ch/dam/jcr:000000000-3d12-7c07-ffff-ffffc59ccb7b/Hans_Kelsen_und_die_Reine_Rechtslehren_JA_2001_2.pdf. Acesso em 07 de setembro de 2017, 169-174.
- KNECHT, Otto. **Beweisvertraege im Zivilprozess**. Freiburg im Breisgau: Rudolf Rosszog, 1937.

- KUNKEL, Wolfgang. **Historia del Derecho romano**. Juan Miguel (trad.). Barcelona: Ariel, 1999.
- LACERDA, Galeno. **Despacho Saneador**. 3. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1990.
- _____. O Código como sistema legal de adequação do processo. *IN* FABRÍCIO, Adroaldo Furtado; CARNEIRO, Paulo Cesar Pinheiro *et al* (coord). **Meios de impugnação ao julgado civil**: estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreia. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 251-258.
- LARENZ, Karl. **Methodenlehre der rechtswissenschaft**. Berlin/Göttingen/Heidelberg: Springer-Verlag, 1960.
- _____. **Richtiges Recht**: Grundzüge einer Rechtsethi. München: Beck, 1979.
- LEIPOLD, Dieter. §128. *IN* STEIN, Jonas. **Kommentar zur Zivilprozeßordnung**. v. 2. Tübingen: Mohr Siebeck, 1994.
- LEMES, Selma. **Arbitragem na administração pública**: fundamentos jurídicos e eficiência econômica. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- LENT, Friedrich. **Diritto processuale civile tedesco**: parte prima il procedimento de cognizione. Napole: Morano, 1962.
- LIEBLE, Stefan. **Proceso Civil Alemán**. 2. ed. Medellín: Biblioteca Juridica Dike, 1999.
- LIEBMAN, Enrico Tullio. Contro il patto “solve et repete” nei contratti. **Rivista di Diritto Processuale Civile**. v. VIII. n. 2. Padova: CEDAM, 1931.
- _____. **Manuale di Diritto Processuale Civile**. 3. ed. v. I. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1973.
- _____. Risoluzione convenzionale del processo. **Rivista di Diritto Processuale Civile**. v. IX. n. 1. Padova: CEDAM, 1932.
- LIMA, Bernardo Silva de. Sobre o negócio jurídico processual. *IN* DIDIER JR., Fredie; EHRHARDT JR., Marcos (coord.). **Revisitando a teoria do fato jurídico**: homenagem a Marcos Bernardes de Mello. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 115-123.
- LORENZETTI, Ricardo Luís. Esquema de una teoria sistêmica del contrato. *IN* TEPEDINO, Gustavo; FACHIN, Luiz Edson (org.). **Doutrinas essenciais**: obrigações e contratos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 475-507.
- LOURENÇO, Haroldo. O neoprocessualismo, o formalismo-valorativo e suas influências no novo CPC. **Revista EMERJ**. v. 14. n. 56. Rio de Janeiro: EMERJ, out./dez. 2011, p. 74-107.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Devido processo legal substancial. IN DIDIER JR., Fredie (coord.). **Leituras Complementares de Processo Civil**. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2011, p. 417-431.

LUHMANN, Niklas. **Das Recht der Gesellschaft**. 6. ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2013. _____ . **Sociologia do Direito**. Gustavo Bayer (trad.). v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

_____. **Sociologia do Direito**. Gustavo Bayer (trad.). v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985

MACEDO, Elaine Harzheim. O juiz e o poder judiciário do século XXI: considerações sobre a legitimação das decisões. IN MITIDIERO, Daniel; AMARAL, Guilherme Rizzo (coord.); FEIJÓ, Maria Angélica Echer Ferreira (org.). **Processo Civil**: estudos em homenagem ao Professor Doutor Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. São Paulo: Atlas, 2012, p. 132-155.

MACÊDO, Lucas Buril de. **Precedentes judiciais e o direito processual civil**. Salvador: Juspodivm, 2015.

MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi Medeiros. Negócio Processual acerca da distribuição do ônus da prova. **Revista de Processo**. ano. 40. n. 241. São Paulo: Revista dos Tribunais, mar. 2015, p. 463-487.

_____. **Ônus da prova e sua dinamização**. Salvador: Juspodivm, 2014

MACHADO, Marcelo Pacheco. A privatização da técnica processual no projeto de novo código de processo civil. IN FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno, NUNES, Dierle, DIDIER JR., Fredie, MEDINA, José Miguel Garcia, FUX, Luiz, CAMARGO, Luiz Henrique Volpe, OLIVEIRA, Pedro Miranda de (org.). **Novas tendências do processo civil**: estudos sobre o projeto do novo Código de Processo Civil. v. III. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 339-361.

_____. Ônus estático, ônus dinâmico e inversão do ônus da prova: análise crítica do projeto de Novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**. ano. 37. n. 208. São Paulo: Revista dos Tribunais, jun. 2012, p. 295-316

MADUREIRA, Claudio Penedo. Formalismo, instrumentalismo e formalismo-valorativo. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação**. v. 10. n. 3. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 253-282.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Jurisdição coletiva e coisa julgada**: teoria geral das ações coletivas. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MANDRIOLI, Crisanto. **Corso di Diritto Processuale Civile: L'esecuzione forzata, i procedimenti speciali, i processi del lavoro e locatizi**. v. 3. Turim: G. Giappichelli, 2000.

MARCUS, David. The perils of contract procedure: a revised history of forum selection clauses in the federal courts. **Tulane Law Review**. New Orleans: Tulane University, fev. 2008, p. 974-1049.

MARENGO, Roberto. Note in tema di discrezionalità del giudice civile. **Revista de Processo**. ano. 22. n. 86. São Paulo: Revista dos Tribunais, abr./jun. 1997, p. 158-173.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Interpretação do Negócio Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de Processo Civil: teoria geral do processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. **Novas linhas do processo civil: o acesso à justiça e os institutos fundamentais do direito processual**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

_____. O “problema” do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos. **Revista de Processo**. ano. 40. v. 249. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 399-418.

_____. **Precedentes obrigatórios**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. **Técnica processual e tutela dos direitos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Manual do processo de conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. **Prova e convicção: de acordo com o CPC de 2015**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARQUES, José Frederico. **Manual de Direito Processual Civil**. Atualizado por Ovídio Rocha Barros Sandoval. 9. ed. Campinas: Millennium, 2003.

MARTEL, Letícia de Campos Velho. **Devido processo legal substantivo: razão abstrata, função e características de aplicabilidade – a linha decisória da Suprema Corte Estadunidense**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

_____. Indisponibilidade de direitos fundamentais: conceito lacônico, consequências duvidosas. **Espaço Jurídico**. v. 11. n. 2. Joaçoba: Espaço Jurídico, jul./dez. 2010, p. 334-372.

MARTINS, Pedro A. Batista. **Apontamentos sobre a Lei de Arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2008

_____. Autonomia da cláusula compromissória. **Estudos de Arbitragem, Mediação e Negociação**. v. 2. Brasília: Grupo de Estudo, 2003.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. O direito privado como um “sistema em construção”: as cláusulas gerais no projeto do Código Civil brasileiro. **Revista de informação legislativa**. ano. 35. n. 139. Brasília: Senado Federal, jul./set. 1998, p. 05-22.

MAUBACH, Norbert. **Gewerbliche Prozessfinanzierung gegen Erfolgsbeteiligung**. Bonn: Dt. Anwaltverl. 2002.

MAZZEI, Rodrigo; CHAGAS, Bárbara Seccato Ruis. Breve diálogo entre os negócios jurídicos processuais e a arbitragem. **Revista de Processo**. ano. 39. n. 237. São Paulo: Revista dos Tribunais, nov. 2014, p. 223-235.

_____. Os negócios jurídicos processuais e a arbitragem. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). **Negócios processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 521-539.

MELLO, Marcos Bernardes de. Sobre o princípio da respeitabilidade das normas jurídicas cogentes e a invalidade dos negócios jurídicos. *IN* MARTINS-COSTA, Judith; FRADERA, Véra Jacob de (org.). **Estudos de direito privado e processual civil**: em homenagem a Clóvis do Couto e Silva. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 79-97.

_____. **Teoria do fato jurídico**: plano da eficácia – 1ª Parte. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. **Teoria do fato jurídico**: plano da existência. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Teoria do fato jurídico**: plano da validade. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014

MENDES, Gilmar Ferreira; VALE, André Rufino do. Comentário ao art. 5, II. *IN* CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang (coord.). São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013, p. 243-249.

MESQUITA, José Ignacio Botelho de. **A coisa julgada**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MICHELI, Gian Antonio. **Corso de Diritto Processuale Civile**: parte generale. v. 1. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1959.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado das ações**. t. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970.

_____. **Tratado de Direito Privado**. t. 1. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

_____. **Tratado de Direito Privado**. t. 2. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

_____. **Tratado de Direito Privado**. t. 3. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

_____. **Tratado de Direito Privado**. t. 4. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

_____. **Tratado de Direito Privado**. t. 5. Rio de Janeiro: Borsoi, 1955.

MITIDIERO, Daniel. **Colaboração no processo civil**: pressupostos sociais, lógicos e éticos. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil**. t. 2 (arts. 154 a 269). São Paulo: Memória Jurídica, 2005.

_____. O problema da invalidade dos atos processuais no Direito Processual Civil brasileiro.

Revista da AJURIS. v. 31. n. 96. Porto Alegre: Ajuris, out./dez. 2004, p. 69-91.

_____. O processualismo e a formação do Código de Buzaid. **Revista de Processo**. ano. 35. n. 183. São Paulo: Revista dos Tribunais, maio 2010, p. 165-194.

MOFFITT, Michael L. Customized litigation: the case for making civil procedure negotiable.

George Washington Law Review. v. 75. Washington: George Washington University, p. 1-53.

MONTEIRO, Alexandre Luiz Moraes do Rêgo. Administração pública consensual e a arbitragem. **Revista de Arbitragem e Mediação**. Ano. 9. n. 35. São Paulo: Revista dos Tribunais, out./dez. 2012, p. 107-133.

MONTELEONE, Girolamo. El actual debate sobre las "orientaciones publicísticas" del proceso civil. *IN* AROCA, Juan Montero (coord.). **Proceso civil e ideología**: un prefacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos. Valencia: Tirant lo blanch, 2006, p. 173-197.

_____. Princìpi e ideologie del processo civile: impressioni di un "revisionista". **Rivista Trimestrale di diritto e procedura civile**. ano. LVII. n. 2. Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, jun. 2003, p. 575-582.

_____. Principios e ideologías del proceso civil: impresiones de un "revisionista". *IN* AROCA, Juan Montero (coord.). **Proceso civil e ideología**: un prefacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos. Valencia: Tirant lo blanch, 2006, p. 97-107.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A constitucionalização do processo no direito brasileiro. *IN* MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer; LARREA, Arturo Zaldívar Lelo de. **Estudos de direito processual constitucional**: homenagem brasileira a Héctor Fix-Zamudio em seus 50 anos como pesquisador do direito. São Paulo: Malheiros, 2009 p. 47-55.

_____. A motivação das decisões judiciais como garantia inerente ao estado de direito. *IN*

_____. **Temas de direito processual** – 2ª Série. São Paulo: Saraiva, 1980, p. 83-95

_____. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 8. ed. v. 5. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

_____. Considerações sobre a chamada “relativização” da coisa julgada material. *IN* _____.

Temas de Direito Processual – 9ª série. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 235-265.

_____. Convenções das partes sobre matéria processual. *IN* _____. **Temas de Direito Processual** – 3ª Série. São Paulo: Saraiva, 1984, p. 87-98.

_____. Duelo e processo. *IN* _____. **Temas de direito processual** – 8ª Série. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 211-221

_____. El neoprivatismo en el proceso civil. *IN* AROCA, Juan Montero (coord.). **Proceso civil e ideología**: un prefacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos. Valencia: Tirant lo blanch, 2006, p. 199-215.

_____. Notas sobre alguns aspectos do processo (civil e penal) nos países anglo-saxônicos. *IN*

_____. **Temas de direito processual** – 7ª Série. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 155-178.

_____. **Julgamento e ônus da prova**. Temas de Direito Processual: segunda série. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1988, p. 73-83.

_____. Notas sobre as recentes reformas do processo civil francês. **Revista de Processo**. ano, 32. n. 150. São Paulo: Revista dos Tribunais, ago. 2007, p. 59-69.

_____. O neoprivatismo no processo civil. *IN* _____. **Temas de Direito Processual** – 9ª série. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 87-101.

_____. O processo, as partes e a sociedade. **Revista de Processo**. ano. 30. n. 125. São Paulo: Revista dos Tribunais, jul. 2005, p. 279-288.

_____. O que deve e o que não deve figurar na sentença. *IN* _____. **Temas de direito processual** – 8ª Série. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 117-124.

_____. Os poderes do juiz na direção e na instrução do processo. *IN* _____. **Temas de direito processual** – 4ª Série. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 45-51.

_____. Por um processo socialmente efetivo. **Revista de Processo**. ano 27. n. 105. São Paulo: Revista dos Tribunais, jan./mar. 2002, p. 181-190.

_____. Privatização do Processo? *IN* _____. **Temas de Direito Processual** – 7ª série. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 7-18.

_____. Sobre a participação do juiz no processo civil. *IN* _____. **Temas de direito processual** – 4ª Série. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 53-66.

_____. Sobre prazos peremptórios e dilatórios. *IN* _____. **Temas de Direito Processual** – 2ª Série. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. Uma novidade: o Código de Processo Civil inglês. **Revista Brasileira de Direito Comparado**. n. 18. Rio de Janeiro: Instituto de Direito Comparado Luso Brasileiro, 2000, p. 148-162.

MORTARA, Lodovico. **Commentario del Codice e delle Leggi di Procedura Civile**. 4. ed. v. 2. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1923.

_____. **Istituzioni di Procedura Civile**. Florença: G. Barbèra, 1922.

MOUZALAS, Rinaldo; ATAÍDE JÚNIOR, Jaldemiro Rodrigues de. Distribuição do ônus da prova por convenção das partes. **Revista de Processo**. ano. 40. n. 240. São Paulo: Revista dos Tribunais, fev. 2015, p. 399-423.

MULLENIX, Linda S. Another choice of forum, another choice of law: consensual adjudicatory procedure in federal court. **Fordham Law Review**. v. 57. n. 3. New York: Fordham University, 1988, p. 291-373.

MÜLLER, Friedrich. **Strukturierende Rechtslehre**. 2. ed. Berlin: Duncker&Humblot, 1984.

MÜLLER, Julio Guilherme. Acordo processual e gestão compartilhada do processo. *IN* FREIRE, Alexandre; DANTAS, Bruno, NUNES, Dierle, DIDIER JR., Fredie, MEDINA, José Miguel Garcia, FUX, Luiz, CAMARGO, Luiz Henrique Volpe, OLIVEIRA, Pedro Miranda de (org.). **Novas tendências do processo civil: estudos sobre o projeto do novo Código de Processo Civil**. v. III. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 147-159.

NASCIMENTO, Carlos Valder do. DELGADO, José Augusto (org.). **Coisa julgada inconstitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

NERY JR., Nelson. **Ditadura dos tribunais**: pensou-se no STF e no STJ, mas faltou ouvir o povo sobre o novo CPC. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2014-dez-20/nelson-nerj-jr-faltou-ouvir-povo-respeito-cpc>, consultado em 08 de outubro de 2015.

_____. **Princípios do processo na Constituição Federal**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NEVES, Marcelo. **Entre Hidra e Hércules**: princípios e regras constitucionais. São Paulo: Martins Fontes, 2013..

NITZSCHE, Dagobert. **Ausgewählte rechtliche und praktische Probleme der gewerblichen Prozesskostenfinanzierung unter besonderer Berücksichtigung des Insolvenzrechts**. München: Utz, 2003.

NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios jurídicos processuais**. Salvador: Juspodivm, 2016.

_____. Sobre os acordos de procedimento no Processo Civil Brasileiro. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 81-92.

NOVA, Giorgio De. Accordi delle parti e decisione. **Accordi di Parte e Processo – Supplemento della Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**. ano. LXII. n. 3. Milão: Dott, A. Giuffrè, 2008, p. 59-68.

NOVAIS, Jorge Reis. **As restrições aos direitos fundamentais não expressamente autorizadas pela Constituição**. Coimbra: Coimbra, 2003.

_____. Renúncia a direitos fundamentais. *IN* MIRANDA, Jorge (org.). **Perspectivas constitucionais**: nos 20 anos da Constituição de 1976. Coimbra: Coimbra, 1996.

NUNES, Dierle. **Processo jurisdicional democrático**: uma análise crítica das reformas processuais. Curitiba: Juruá, 2008.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **Do formalismo no processo civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. **Revista de Processo**. ano. 31. n. 137. São Paulo: Revista dos Tribunais, jul. 2006, p. 7-31.

_____. O processo Civil na perspectiva dos direitos fundamentais. **Revista de Direito Processual Civil**. n. 26. Curitiba: Gêneses, 2002, p. 653-664.

OLIVEIRA, Guilherme Peres de. Elementos para uma leitura do direito processual civil a partir e à luz da constituição: o chamado “modelo constitucional de processo civil” e a garantia de tutela jurisdicional adequada aos direitos alegadamente violado. *IN* THEODORO JÚNIOR, Humberto; CALMON, Petrônio; NUNES, Dierle (coord.). **Processo e Constituição**: os dilemas do processo constitucional e dos princípios processuais constitucionais. Rio de Janeiro: GZ, 2012, p. 173-199.

OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro de. **Crise do welfare ou estado providencial?**: uma leitura de François Ewald. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

ONO, Taynara Tiemi. A flexibilização procedimental: uma comparação entre os sistemas jurídicos brasileiro, inglês e português. **Revista de Processo**. ano. 41. n. 254. São Paulo: Revista dos Tribunais, abr. 2016, p. 407-427.

PALERMO, Antonio. **Contributo alla teoria degli atti processuali**. Napoli: Dott. Eugenio Jovene, 1938.

PARCHEN, Laura Fernandes. **Impacto do princípio da cooperação no juiz**. Disponível em <http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/LAURA%20PARCHEM%20-%20VERS%20FINAL.pdf>. Acesso em 04 de junho de 2017.

PARIZ, Ângelo Aurélio Gonçalves. **O princípio do devido processo legal**: direito fundamental do cidadão. Coimbra: Almedina, 2009.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. **Esboço de uma teoria das nulidades aplicadas às nulidades processuais**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PENASA, Luca. Gli accordi processuali in Italia. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 255-287.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 18. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

_____. **Instituições de Direito Civil**. 10. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

PEYRANO, Jorge W. (coord.). **Cargas probatorias dinâmicas**. Santa Fe: Rubinza-Culzoni, 2008.

_____. **Teoria y practica de los negocios jurídicos procesales**. Disponível em http://www.pensamientocivil.com.ar/system/files/teoria_y_practica.pdf. Acesso em 13 de novembro de 2017.

- PEZZANI, Titina Maria. **Il Regime Convenzionale delle Prove**. Milano: Giuffrè, 2009.
- PICÓ I JUNOY, Joan. El derecho procesal entre el garantismo y la eficacia: un debate mal planteado. *IN* AROCA, Juan Montero (coord.). **Proceso civil e ideología**: un prefacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos. Valencia: Tirant lo blanch, 2006, p. 109-127.
- PISANI, Andrea Proto. **Lezioni di diritto processuale civile**. 3. ed. Napoli: Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1999.
- POHLMANN, Petra. **Zivilprozessrecht**. 3. ed. München: C.H. Beck, 2014.
- PRÜTTING, Hanns. **Gegenwartsprobleme der Beweislast**: eine Untersuchung moderner Beweislasttheorien und ihrer Anwendung insbesondere im Arbeitsrecht. München: Beck, 1983.
- QUEIROZ, Cristina. **Direitos fundamentais**: teoria geral. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.
- RAATZ, Johann Georg. **Vollstreckungsverträge**. Berlin: Heymann, 1935.
- REALE, Miguel. **Lições Preliminares do Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- REDONDO, Bruno Garcia. **Flexibilização do procedimento pelo juiz e pelas partes no Direito Processual Civil brasileiro**. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- _____. Negócios processuais: necessidade de rompimento radical com o sistema do CPC/1973 para a adequada compreensão da inovação do CPC/2015. **Revista Dialética de Direito Processual**. n. 149. São Paulo: Dialética, ago. 2015, p. 09-16.
- _____. Ônus da prova e distribuição dinâmica: lineamentos atuais. *IN* MOREIRA, Alberto Camiña; ALVAREZ, Anselmo Pietro, BRUSCHI, Gilberto Gomes (coord.). **Panorama atual das tutelas individual e coletiva**: estudos em homenagem ao professor Sérgio Shimura. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 210-226.
- RESNIK, Judith. Procedure as contract. **Notre Dame Law Review**. v. 80. n. 2. Indiana: University of Notre Dame, 2005, p. 593-668.
- RHEE, Robert J. Toward procedural optionality: private ordering of public adjudication. **New York University Law Review**. v. 84. New York: New York University, p. 514-571.
- RITZMANN, Uve J. **Über den Feststellungsvertrag**. 1972. Dissertação. Universität Hamburg, 1973.
- ROCHA, Cármen Lúcia Antunes (coord.). **Constituição e segurança jurídica**: direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada – estudos em homenagem a José Paulo Sepúlveda Pertence. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

- ROCHA, José de Moura. A competência e o novo código de processo civil. *IN* WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). **Doutrinas essenciais: processo civil**. v. II. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 1041-1083.
- RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil: parte geral**. 34. ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2003.
- _____. **Direito Civil: dos contratos e das declarações unilaterais da vontade**. 30. ed. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2004
- RODRIGUES, Walter Piva. **Coisa julgada tributária**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- ROMANO, Santi. Norme giuridiche [destinatari delle] (verbete). **Frammenti di un dizionario giuridico**. Milano: Giuffrè, 1947.
- ROPPO, Enzo. **O contrato**. Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes (trad.). Coimbra: Almedina, 1988.
- ROSANVALLON, Pierre. **A crise do estado-providência**. Lisboa: Inquérito, 1981.
- SALLES, Carlos Alberto de. **Arbitragem em contratos administrativos**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- SAMPAIO JR., José Herval. **Processo constitucional: nova concepção de jurisdição**. São Paulo: Método, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João; FERREIRA, Pedro Lopes. **Os tribunais nas sociedades contemporâneas: o caso português**. 2. ed. Porto: Aforamento, 1996.
- SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de Direito Processual Civil**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SANTOS, Tatiana Simões dos. Negócios processuais envolvendo a Fazenda Pública. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 507-519.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
- SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. O neoconstitucionalismo no Brasil: riscos e possibilidades. *In.*: NOVELINO, Marcelo (org.). **Leituras complementares de direito constitucional**: teoria da constituição. Salvador: Juspodivm, 2009, p. 31-68.

SATTA, Salvatore. **Contributo alla dottrina dell'arbitrato**. Milano: Vita e Pensiero, 1931.

_____. **Diritto Processuale Civile**. 9. ed. Padova: CEDAM, 1981.

SAVIGNY, Friedrich Carl. **Das Obligationenrecht als Theil des heutigen Römischen Rechts**. v. II. Berlin: Veit & Comp., 1853.

SCHERF, Dieter. **Vollstreckungsverträge**. Köln: Heymann, 1971.

SCHIEDERMAIR, Gerhard. **Vereinbarungen im Zivilprozeß**. Bonn: Röhrscheid, 1935.

SCHILKEN, Eberhard. **Zivilprozessrecht**. 7. ed. München: Vahlen, 2014.

SCHLOSSER, Peter. **Einverständliches Parteihandeln im deutschen Zivilprozess** *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 105-130.

_____. **Einverständliches Parteihandeln im Zivilprozeß**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1968.

SCHREIBER, Anderson. **A proibição de comportamento contraditório**: tutela da confiança e *venire contra factum proprium*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

SCHROEDER, Theodore Albert. **Due process of law**. New York City: Free Speech League, 1908.

SCOTT, Robert E.; TRIANTIS, George G. Anticipating litigation in contract design. **The Yale Law Journal**. n. 115. n. 8. Connecticut: Yale University, jun. 2006, p. 814-879.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Contribuição ao estudo da teoria das nulidades: comparação entre o sistema de invalidades no Código Civil e no direito processual civil. *IN* BUENO, Cássio Scarpinella (coord.). **Impactos processuais do direito civil**. São Paulo, Saraiva, 2008, p. 183-201.

_____. **O direito de defesa no processo civil brasileiro**: um estudo sobre a posição do réu. São Paulo: Atlas, 2011

_____. **Preclusão processual civil**. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Beclaute Oliveira. Verdade como objeto do negócio jurídico processual. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 383-406.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

SILVA, Nuno J. Espinosa Gomes da. **História do Direito português: fontes de direito**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. **Curso de processo civil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. Sobrevivência da *querela nullitatis*. *IN* _____. **Da sentença liminar à nulidade da sentença**. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 81-92.

SILVA, Ovídio Baptista da; GOMES, Fábio da Silva. **Teoria Geral do Processo Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

SILVA, Paula Costa e. **A nova face da justiça: os meios extrajudiciais de resolução de controvérsias**. Lisboa: Coimbra, 2009.

_____. **Acto e Processo: o dogma da irrelevância da vontade na interpretação e nos vícios do acto postulativo**. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

_____. Pactum de *non petendo*: exclusão convencional do direito de acção e exclusão convencional da pretensão material. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; DIDIER JR., Fredie; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (org.) **Negócios Processuais**. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 297-334.

_____. Preterição do contraditório e irregularidade de constituição de tribunal arbitral. **Revista de Processo**. ano. 37. n. 212. São Paulo: Revista dos Tribunais, out. 2012, p. 301-334.

SILVA, Paulo Thadeu Gomes da. **Direitos fundamentais: contribuição para uma teoria geral**. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Virgílio Afonso da. **A Constitucionalização do Direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares**. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. **Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. Interpretação constitucional e sincretismo metodológico. *IN* _____ (org.). **Interpretação constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 115-143.

_____. O conteúdo essencial dos direitos fundamentais e a eficácia das normas constitucionais.

Revista de Direito do Estado. n. 4. São Paulo: ABDET, 2006, p. 23-51.

_____. Princípios e regras: mitos e equívocos acerca de uma distinção. **Revista Latino-americana de Estudos Constitucionais**. n. 1. Belo Horizonte: Del Rey, jan./jun. 2003, p. 607-630.

SILVA NETO, Francisco de Barros e. Dinamização do ônus da prova no novo Código de Processo Civil. **Revista de Processo**. ano. 40. n. 239. São Paulo: Revista dos Tribunais, jan. 2015, p. 407-420.

SIMÃO, José Fernando. **Tempo e direito civil: prescrição e decadência**. 2011. Tese (livre-docência em Direito Civil). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2011.

SMITH, Shelly. Mandatory Arbitration Clauses in Consumer Contracts: Consumer Protection and the Circumvention of the Judicial System. **DePaul Law Review**. v. 50. n. 4. Chicago: DePaul University, p. 1191-1251.

SOEHRING, Kay. **Die Nachfolge in Rechtslagen aus Prozeßverträgen**. Köln: Heymann, 1968.

SOLIMINE, Michael E. Forum-Selection Clauses and the Privatization of Procedure. **Cornell International Law Journal**. v. 25. New York: Cornell Law School, 1992.

STEINMETZ, Wilson. **A vinculação dos particulares a direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. Princípio da proporcionalidade e atos de autonomia privada restritivos de direito fundamentais. *IN* SILVA, Virgílio Afonso da (org.). **Interpretação constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 11-53.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **A nova interpretação do código brasileiro de defesa do consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2007.

SOUSA, Miguel Teixeira de. Aspectos do novo Processo Civil português. **Revista de Processo**. ano. 22. n. 86. São Paulo: Revista dos Tribunais, abr./jun. 1997, p. 174-184.

_____. **Estudos sobre o novo processo civil**. 2. ed. Lisboa: Lex, 1997.

SOUZA NETO, Claudio Pereira de. Segurança. *IN* CANOTILHO, José Joaquim Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang (coord.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013, p. 229-232.

STRECK, Lenio Luiz. A crise paradigmática do direito no contexto da resistência positivista ao (neo)constitucionalismo. *IN* SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel; BINENBOJM, Gustavo (coord.). **Vinte anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 203-228.

_____. Neoconstitucionalismo, positivismo e pós-positivismo. *IN* STRECK, Lênio; FERRAJOLI, Luigi; TRINDADE, André Karam. (org.). **Garantismo, Hermenêutica e (neo)constitucionalismo: um debate com Luigi Ferrajoli**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012, p. 59-94.

_____. **Por que os enunciados representam um retrocesso na teoria do Direito**. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2015-out-15/senso-incomum-professor-aluno-jornalista-selfie-velorio-fujamos>. Acesso em 27 de abril de 2016.

STRECK, Lenio Luiz *et al.* **A cooperação processual do novo CPC é incompatível com a Constituição**. Disponível em <http://www.conjur.com.br/2014-dez-23/cooperacao-processual-cpc-incompativel-constituicao>. Acesso em 15 de abril de 2016.

STRECK, Lenio Luiz; NUNES, Dierle. **Como interpretar o artigo 139, IV, do CPC? Carta branca para o arbítrio?** Disponível em <https://www.conjur.com.br/2016-ago-25/senso-incomum-interpretar-art-139-iv-cpc-carta-branca-arbitrio>. Acesso em 23 de março de 2017.

STRENGER, Irineu. **Comentários à lei brasileira de arbitragem**. São Paulo: LTr. 1998.

STRONG, John W. Consensual Modifications of the Rules of Evidence: The Limits of Party Autonomy in an Adversary System. **Nebraska Law Review**. v. 80. Nebraska: University of Nebraska, 2001, p. 159-170.

STRONG, Stacie I. Limits of procedural choice of law. **University of Missouri School of Law Scholarship Repository**. Columbia: University of Missouri, 2014, p. 1027-1121.

STRUCHINER, Noel. **Direito e linguagem: uma análise da textura aberta da linguagem e sua aplicação ao direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

SZTAJN, Rachel; GORGA, Érica. Tradições do direito. *IN* ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel (coord.). **Direito e economia: análise econômica do direito e das organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 137-196.

TALAMINI, Eduardo. **Coisa julgada e sua revisão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Notas sobre a teoria das nulidades no processo civil. **Revista Dialética de Direito Processual**. n. 29. São Paulo: Dialética, ago. 2005, p. 38-56.

_____. Sociedade de economia mista. Distribuição de gás. Disponibilidade de direitos. Especificidades técnicas do objeto litigioso. Boa-fé e moralidade administrativa. **Revista de Arbitragem e Mediação**. ano. 2. n. 5. São Paulo: Revista dos Tribunais, abr./jun. 2005, p. 135-157.

_____. **Um processo pra chamar de seu**: nota sobre os negócios jurídicos processuais. Disponível em www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI228734,61 044-Um+processo+pra+chamar+de+seu+nota+sobre+os+negocios+juridicos. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

TARUFFO, Michele. Contro la veriphobia: osservazioni sparse in risposta a Bruno Cavallone. **Rivista di Diritto Processuale**. LXV (II serie). n. 5. Padova: CEDAM, set./out. 2010, p. 995-1011.

_____. **La motivazione della sentenza civile**. Padova: CEDAM, 1975.

_____. **La prova dei fatti giuridici**: nozioni generali. Milano: Giuffrè, 1992.

_____. **La semplice verità**: il giudice e la costruzione dei fatti. Bari: Laterza, 2009.

_____. Un'alternativa alle alternative: modelli di risoluzione dei conflitti. **Revista de Processo**. ano. 32. n. 152. São Paulo: Revista dos Tribunais, out. 2007, p. 319-331.

_____. Verità negoziata? **Accordi di Parte e Processo – Supplemento della Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**. ano. LXII. n. 3. Milão: Dott. A. Giuffrè, 2008, p. 69-98.

TAVARES, João Paulo Lordelo Guimarães. Da admissibilidade dos negócios jurídicos processuais no novo Código de Processo Civil: aspectos teóricos e práticos. **Revista de Processo**. ano. 41. n. 254. São Paulo: Revista dos Tribunais, abr. 2016, p. 91-109.

TAYLOR, David H.; CLIFFE, Sara M. Civil procedure by contract: a convoluted confluence of private contract and public procedure in need of congressional control. **University of Richmond Law Review**. v. 35. Virginia: University of Richmond, 2002 p. 1085-1162.

TAYLOR, Hannis. **Due process of law and the equal protection of the laws**. Chicago: Callaghan, 1917.

THEODORO JUNIOR, Humberto. A fraude de execução e o regime de sua declaração em juízo. **Revista de Processo**. ano. 26. n. 102. São Paulo: Revista dos Tribunais, abr./jun. 2001, p. 68-88.

_____. As nulidades no Código de Processo Civil. **Revista de Processo**. ano 8. n. 30. São Paulo: Revista dos Tribunais, abr.-jun. 1983, p. 38-60.

_____. **Curso de Direito Processual Civil:** teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum. 57. ed. v. 1. Rio de Janeiro: forense, 2016.

_____. **Curso de Direito Processual Civil:** procedimentos especiais. 50. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

THEODORO JUNIOR, Humberto; NUNES, Dierle José Coelho. Uma dimensão que urge reconhecer ao contraditório no direito brasileiro: sua aplicação como garantia de influência, de não surpresa e de aproveitamento da atividade processual. **Revista de Processo**. ano. 34. n. 168. São Paulo: Revista dos Tribunais, fev. 2009, p. 107-141.

THEODORO JR., Humberto; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud. **Novo CPC – fundamentos e sistematização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

TARTUCE, Fernanda. **Igualdade e vulnerabilidade no processo civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

_____. **Mediação no Novo CPC: questionamentos reflexivos**. Disponível em www.fernandatartuce.com.br/wp-content/uploads/2016/02/Mediação-no-novo-CPC-Tartuce.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2017.

TEMER, Sofia. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

TUCCI, José Rogério Cruz e. Ainda sobre a nulidade da sentença imotivada. *IN* WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). **Doutrinas essenciais: processo civil**. v. VI. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 323-337.

_____. **Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006

_____. Natureza e objeto das convenções processuais. *IN* CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). **Negócios processuais**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 23-29.

_____. **Precedente judicial como fonte do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. **Tempo e processo: uma análise empírica das repercussões do tempo na fenomenologia processual (civil e penal)**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

TUCCI, José Rogério Cruz e; AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Lições de história do processo civil romano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

- _____. **Lições de Processo Civil Canônico: história e direito vigente.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- TUCCI, Rogério Lauria. **Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro.** 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- _____. Negócio jurídico processual. **Enciclopédia Saraiva de Direito.** v. 54. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 190-192.
- TUCCI, Rogério Lauria; TUCCI, José Rogério Cruz e. **Constituição de 1988 e processo: regramentos e garantias constitucionais do processo.** São Paulo: Saraiva, 1989,
- _____. **Devido processo legal e tutela jurisdicional.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
- VASCONCELOS, Pedro Pais de. **Contratos atípicos.** 2. ed. Coimbra: Almedina, 2009.
- VELLOSO, Adolfo Alvarado. La imparcialidad judicial y el sistema inquisitivo de juzgamiento. IN AROCA, Juan Montero (coord.). **Proceso civil e ideología: un prefacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos.** Valencia: Tirant lo blanch, 2006, p. 217-247.
- VELLOSO, Carlos Mário. As novas garantias constitucionais. **Revista de Direito Administrativo.** n. 177. Rio de Janeiro: FGV, jul./set. 1989, p. 14-28.
- VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: parte geral.** 12. ed. v. 1. São Paulo: Atlas, 2012.
- _____. **Direito Civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos.** 12. ed. v. 2. São Paulo: Atlas, 2012.
- VERDE, Giovanni. Le ideologie del processo in um recente saggio. **Rivista di Diritto Processuale.** ano. LVII (II Serie). n. 3. Padova: CEDAM, jul./set. 2002, p. 676-687.
- VETTA, Maddalena. **Cessione del contratto, cessione del credito e circolazione della clausola compromissoria.** 2013. Tese (Dottorato di Ricerca in Diritto dell'Arbitrato Interno ed Internazionale). Libera Università Internazionale Degli Studi Sociali, 2014.
- VICENZI, Brunela Vieira de. **A boa-fé no processo civil.** São Paulo: Atlas, 2003.
- XAVIER, Ronaldo Caldeira. **Português no direito: linguagem forense.** 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- WAGNER, Gerhard. **Prozeßverträge.** Mohr Siebeck, 1998.
- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. **Há lugar para certo otimismo em relação ao novo CPC.** Disponível em <https://www.conjur.com.br/2014-fev-04/teresa-arruda-alvim-lugar-certo-otimismo-relacao-cpc>. Acesso em 23 de junho de 2015.
- _____. **Nulidades do processo e da sentença.** 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogerio Licastro Torres de. **Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil**: artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **O dogma da coisa julgada**: hipóteses de relativização. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

WARAT, Luis Alberto. **O direito e sua linguagem**: 2ª versão. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995.

WATANABE, Kazuo. **Cognição no processo civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Controle jurisdicional (princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional no sistema jurídico brasileiro) e mandado de segurança contra atos judiciais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

_____. Cultura da sentença e cultura da pacificação. *IN* YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de. **Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover**. São Paulo: DPJ, 2005, p. 684-690.

WEIDEMAIER, W. Mark C. Customized Procedure in Theory and Reality. **Washington and Lee Law Review**. v. 72. n. 4. Lexington: Washington and Lee University, set. 2015, p. 1867-1943.

WIESER, Eberhard. Die Dispositionsbefugnis des Vollstreckungsgläubigers. **Neue Juristische Wochenschrift**. v. 41. n. 11. München, Frankfurt am Main: Beck, mar. 1988.

YARSHELL, Flávio Luiz. **Ação rescisória**: juízos rescindente e rescisório. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. Convenções das partes em matéria processual: rumo a uma nova era? *IN* CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa (coord.). **Negócios processuais**. Juspodivm, 2015, p. 63-80.

_____. Convenção das partes em matéria processual no Novo CPC. **Revista do Advogado**. ano. XXXV. n. 126. São Paulo: AASP, maio 2015, p. 89-94.

_____. O projeto de novo Código Comercial e a proposta de permuta de documentos entre as partes: “Discovery” brasileira? *IN* _____.; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. **Processo Societário**. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 203-210.

_____. **Tutela jurisdicional**. 2. ed. São Paulo: DPJ, 2006.

YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. A distribuição dinâmica do ônus da prova no novo Código de Processo Civil brasileiro. *IN* MACÊDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre (org.). **Coleção novo CPC- Doutrina Seleccionada**. v. 3. Processo de Conhecimento – Provas. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 457-496.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Poder judiciário**: crise, acertos e desacertos. Juarez Tavares (trad.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

ZANETI JR., Hermes. **O valor vinculante dos precedentes**. Salvador: Juspodivm, 2015.

_____. **Processo constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

ZANETTI, Cristiano de Sousa. **A conservação dos contratos nulos por defeito de forma**. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

_____. **Direito contratual contemporâneo**: a liberdade contratual e sua fragmentação. Rio de Janeiro: Forense, 2008

ZANZUCCHI, Marco Tullio. **Diritto Processuale Civile**: introduzione e parte generale. 6. ed. Milano: Giuffrè, 1964.

ZAVASCKI, Teori Albino. **Comentários ao Código de Processo Civil**. 2. ed. v. 8. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

ZIPPELIUS, Reinhold, WÜRTENBERGER, Thomas, MAUNZ, Theodor. **Deutsches Staatsrecht**. München: Beck, 2008.

ZUCKERMAN, Adrian. Adjudication of civil dispute: a mismanaged public service. **Accordi di Parte e Processo – Supplemento della Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**. ano. LXII. n. 3. Milão: Dott, A. Giuffrè, 2008, p. 121-126.

ZUFELATO, Camilo. **Coisa julgada coletiva**. São Paulo: Saraiva, 2011.